

LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA

**CIÊNCIA COMO TÉCNICA OU TÉCNICA COMO CIÊNCIA:
nas trilhas da Arquivologia e seu *status* de cientificidade.**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB – Campus V, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientador(a): Prof. Dr. JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS

João Pessoa – PB,

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

S586c

Silva, Luiz Eduardo Ferreira da.

Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade / Luiz Eduardo Ferreira da Silva. – 2011.

90f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Arquivologia, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. José Washington de Morais Medeiros, Curso de Arquivologia”.

1. Arquivologia. 2. Ciência. 3. Técnica. I. Título.

21. ed. CDD 025.58

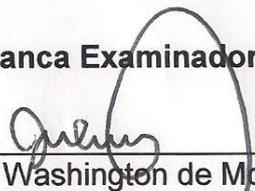
LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA

**CIÊNCIA COMO TÉCNICA OU TÉCNICA COMO CIÊNCIA:
nas trilhas da Arquivologia e seu *status* de cientificidade**

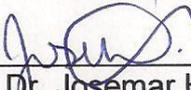
Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB – Campus V, como exigência institucional para a conclusão do curso e obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em: 29 / 11 / 2011

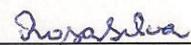
Banca Examinadora



Profº Dr. José Washington de Moraes Medeiros
Orientador - UEPB



Profº. Dr. Josemar Henrique de Melo
Membro Interno - UEPB



Profª. Doutoranda Rosa Zuleide Lima da Silva
Membro Externo - UFPB

Aos meus parentes que não estão mais presentes fisicamente, mas, guardados na memória por tudo que fizeram por mim, ajudando-me a chegar neste momento, em especial a Irene Maria (Avó), José Ferreira (Avô), Feliciano Ferreira (Tia), Antônio Ferreira (Tio), Maria Luzinete Ferreira (tia) in memoriam.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus pelas maravilhas concedidas.

Ao meu orientador José Washington de Moraes Medeiros pela capacidade profissional, inteligência e seriedade que encara a construção do saber, obrigado pela paciência.

Aos professores do curso de Arquivologia que lutam cotidianamente para o avanço da disciplina. Em especial ao professor Josemar Henrique por suas contribuições fundamentais.

Aos funcionários do Campus V, que trabalham com muito carinho, em especial a Daniela Duarte.

A banca examinadora por todas as contribuições feitas para melhorar ainda mais essa pesquisa. A professora Rosa Zuleide que se dispôs e aceitou a fazer parte desse momento de crescimento da Arquivologia.

Aos meus companheiros de turma do curso de Arquivologia, da turma 2006.2 e 2007.2, obrigado pelas conversas, brincadeiras e a edificação do saber.

Ao professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas, do curso de História do Campus III em Guarabira, por tudo que fez por mim.

A turma 2006.2 do curso de História Campus III, Guarabira.

Um grande obrigado a minha família, pelo financiamento dos meus estudos, com livros, Xerox, apostilas sem contar o amor. Mãe, Pai e irmãos.

A minha namorada e companheira nessas trincheiras acadêmicas e na vida Suênia Vasconcelos, grande amor, minha menina.

Aos companheiros de trabalho no Hospital Arlinda Marques, Fátima Macedo, Israel de Oliveira, Márcia Maria e Maria José.

Enfim, aos meus amigos que também fizeram parte desse momento especial.

Obrigado a todos vocês...

Pense no cientista como explorador de labirintos. Ele se meteu pela ala esquerda, terminou num beco sem saída, voltou e colocou na entrada um sinal vermelho. Esse sinal é digno de confiança, final, decisivo. Ele prossegue, encontra a caminhos abertos, volta, coloca um sinal verde. Esse sinal não é digno de confiança. Nada garante que, mas adiante, a ala por ele explorada não termine também num beco sem saída. O sinal vermelho diz: é inútil entrar por este caminho. Tal sinal tem um enorme valor: poupar esforços. A informação de que certos caminhos não levam a lugar algum é informação tão importante como quaisquer outras. Se você encontra, no início da rua, uma tabuleta com a informação “beco sem saída”, você não entra por ela. Economizará. Isso também é conhecimento (RUBEM ALVES, 1981, p.179).

RESUMO

A atuação da ciência avança a história das relações sócio-econômicas e estruturais da humanidade, um legado voltado para explicações e comprovações, métodos que buscam compreender e afirmar que algo pode ou não acontecer. Uma semiótica atrelada a variações, contradições e dizeres. A ciência não é algo efêmero, tem uma duração inimaginável nos seus conceitos e métodos. Assim, essa pesquisa tem como objeto analisar o lugar da Arquivologia enquanto uma possível ciência. Em termos metodológicos, por intermédio do método hermenêutico buscou identificar todo o avanço das ciências através das cronologias, procurando entender como se constitui e caracteriza-se uma ciência enquanto tal. Com isso, compreendemos que essas questões norteadoras em torno da cientificidade da Arquivologia são fundamentais para a nossa formação, pois, identificamos que a Arquivologia ainda necessita de metodologias e objetos coesos. Contudo, a partir da nossa hipótese conclui-se que a Arquivologia e os arquivos sofreram várias influências, através de correntes como o positivismo, funcionalismo, empirismo e pragmatismo, que trouxeram para dentro desses espaços aspectos da razão instrumental na organização documental, ocorrendo uma “razão prática” que vitimou e condicionou os próprios princípios arquivísticos e a Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia, Ciência, Razão prática, Técnica.

Abstract

The performance of the science advances the history of the humanity, legacy explanations and evidence, methods that seek to understand and affirm that something may or may not happen. A semiotic linked to variations, contradictions and sayings. Science is not something ephemeral, lasts unimaginable in its concepts and methods. This study aims to analyze the place of Archival science, science as possible. In methodological terms, through the hermeneutic method aimed at identifying all the advance of science through the chronologies, focusing on how it is and is characterized a science. With that, we understand that these guiding questions around the cientificity of Archival science are fundamental for our formation, because, we identified that Archival science still needs methodologies and objects. However, starting from our hypothesis Archival science and the files suffered several influences, through currents as the positivism, functionalism, empiricism and pragmatism, that brought inside of those spaces aspects of the instrumental reason in the documental organization, a "practical reason" that killed and conditioned their own archiving principles and Archival science.

Key words: Archival science, Science, Reason practical, Technical.

Lista de figura

Figura 1: A evolução informacional ao longo da história.....	70
Figura 2: O exercício hermenêutico.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	13
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	13
2.1.1 A HERMENÊUTICA COMO FUNDAMENTO INTERPRETATIVO DA PESQUISA.....	14
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
2.3 OBJETIVOS.....	16
2.3.1 Objetivo geral.....	16
2.3.2 Objetivo específico.....	16
3 A CIÊNCIA COMO RAZÃO LEGITIMADORA: da revolução das luzes à crise de paradigmas na modernidade.....	17
3.1 O PODER DA RAZÃO NA MODERNIDADE: a redenção de ciência.....	19
3.2 RACIONALIDADE E SÉCULO DAS LUZES: liberdade, igualdade e fraternidade.....	24
4 CONHECIMENTO E INTERESSE: o lugar das ciências sociais aplicadas.....	30
4.1 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO.....	31
4.2 MANIFESTAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: o que são? de onde vêm.....	34
4.3 A TÉCNICA COMO IDEOLOGIA DO PENSAR-AGIR: do pragmatismo ao funcionalismo.....	38
4.4 CIÊNCIAS EMPIRICAS E CIÊNCIAS HISTÓRICO-HERMENÊUTICAS: crítica de Jürgen Habermas.....	45

5 ARQUIVOLOGIA: um diálogo entre o clássico e o contemporâneo.....	50
5.1 O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA.....	57
5.2 O PRINCÍPIO DA ORDEM INTERNA.....	60
5.3 A TEORIA SISTÊMICA E O ROMPIMENTO DA ORDEM: a crise paradigmática na arquivologia.....	65
6 TÉCNICA OU CIÊNCIA? em busca da “identidade perdida” na Arquivologia.....	67
6.1 O ESFORÇO DA ABORDAGEM EUROPÉIA: a perspectiva sistêmica dos arquivos.....	69
6.2 OS LAÇOS DO PENSAMENTO FUNCIONAL SOBA A FORMAÇÃO PRAGMÁTICA.....	74
6.3 A NEGAÇÃO DA AUTO-IMAGEM: os estilhaços da ciência arquivística.....	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia avança como disciplina acadêmica em vários Estados e universidades do Brasil, no ano de 2006 a Universidade Estadual da Paraíba inicia o curso de Arquivologia, onde a sociedade paraibana ainda não tinha conhecimento da existência desse campo de estudo. Então, faz-se necessário divulgar a Arquivologia para a sociedade, aproximando o senso comum da academia. Em meio a isso essa pesquisa não tem por finalidade “julgar” a Arquivologia, no entanto, visamos contribuir para que a própria Arquivologia seja disseminada e difundida, ou seja, provocando os próprios arquivistas a respeito da sua área de atuação.

Nesse sentido, em um contexto sócio-político e econômico social e de profunda transformação a ciência contemporânea traz consigo diversas formas de pensarmos as estruturas e a formação de um *corpus científico*. Todavia, o campo científico de qualquer disciplina ou área do conhecimento que busca estabelecer-se como ciência tem que ser objetiva, ter uma metodologia e uma teoria aceita.

Percorrendo o universo empírico e pragmático em que a Arquivologia foi associada, procuramos compreender seu lugar como um campo do conhecimento (epistemologia). Assim, é interessante visualizar o *status* científico que a Arquivologia almeja, através dos seus princípios e fundamentos mais específicos. Segundo Rousseau e Couture (1998. p.53) “um corpus científico constitui-se de diversas maneiras, mas sobretudo através de manuais da especialidade e a criação de atividades de formação. A publicação de manuais representa uma etapa na constituição de uma disciplina científica”.

Rousseau e Couture (1998) indagam a respeito desses manuais que seriam a maneira de tornar a Arquivologia no campo do conhecimento autônomo. Além disso, esses manuais existiam desde o século XV e XVI e com o próprio avanço da ciência, no entanto, na Arquivologia esses manuais tiveram sua grande ênfase no século XIX com o manual dos arquivistas holandeses.

Dessa maneira, o objetivo desses esclarecimentos é situar a Arquivologia dentro do pensamento contemporâneo, partindo dos questionamentos e das

intenções dos próprios Estados e Universidades de criarem o curso de Arquivologia, qual o propósito, aonde se quer chegar?

Nesse sentido, a pesquisa parte da hipótese de que a Arquivologia ainda não detém um caráter epistemológico de cientificidade e autonomia, pois há uma carência metodológica muito acentuada.

Então, procuramos a proximidade da perspectiva hermenêutica, com o intuito de entender através das interpretações, o *corpus científico* da Arquivologia, demonstrando as especificidades e sua influência para a sociedade. Silva et al. (2009), diferente da perspectiva de Rousseau e Couture (1998), afirmam que há uma debilidade metodológica da Arquivologia. Nessa afirmativa concordaremos com o autor sobre essa carência de um objeto linear e uniforme da Arquivologia.

Diante disso, essa pesquisa é importante para Arquivologia uma vez que discutimos o seu *status*, seus princípios e fundamentos. Nesse sentido, torna-se necessário fazer essas provocações, para podermos perceber o lugar da Arquivologia na contemporaneidade. Sendo assim, é necessário traçar essas carências de métodos, de epistemologia de fato.

Nessa linha de pensamento toda essa discussão também foi importante para a sociedade, uma vez que se tornou instigante enfatizar o papel dos arquivos para o meio social que necessita conhecer tanto os arquivos, assim como a Arquivologia. Para os pesquisadores e arquivistas essa pesquisa vem dar sua contribuição, visto que discutimos se *status científico*.

Como processo metodológico por intermédio do hermenêutico buscou compreender os *status* de cientificidade em relação à Arquivologia, visando interpretar a partir das contribuições de Jürgen Habermas, as ciências empírico-analíticas, a razão prática e instrumental.

A seletividade do tema se justifica pela necessidade da Arquivologia e dos próprios arquivistas de se indagarem a respeito dos seus objetos, das suas teorias e metodologias, tendo em mente a contribuição de tais atividades para o próprio cenário da Arquivologia brasileira. Foi preponderante traçar essa discussão apresentado à sociedade a relevância de discutir o lugar da Arquivologia enquanto um possível campo científico.

No primeiro capítulo de fundamentação teórica analisamos o avanço da ciência ao longo do processo histórico, sua evolução e redenção com a modernidade até aos novos paradigmas.

No segundo capítulo discutimos o lugar das Ciências Aplicadas, a qual, Arquivologia estaria atrelada. Então, a partir da racionalidade e das contribuições de Jürgen Habermas procuramos entender as ciências empírico-analíticas.

No terceiro capítulo depois dessa discussão em torno das ciências, trilhamos as mudanças que a Arquivologia sofreu ao longo do tempo, de uma Arquivologia ligada mais ao documento em si, associada como clássica, a uma que estaria ligada a informação e difundida como pós-custodial.

No quarto capítulo procuramos identificar a “identidade” da Arquivologia, seus estilhaços, suas ligações, sua (não) emancipação enquanto um campo autônomo e independente. Nesse panorama problematizamos essa possível cientificidade da Arquivologia.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa constituiu-se como teórica, reforçada principalmente pelas categorias hermenêuticas de análise. Conforme Medeiros (2008, p. 79):

A hermenêutica habermasiana subsidiou nossa busca pela compreensão de sentidos sobre o fenômeno, cuja prevalência de significados permaneceu embarçada. Contudo, o círculo hermenêutico vem contribuir para que o leitor entenda a apreensão do conhecimento quando relacionada com a Arquivologia, situando e procurando estabelecer às autocríticas, para posteriormente entendermos a sua própria evolução.

Para Köche (1997, p. 99), “a teoria se manifesta como uma eterna hipótese que mantém viva a necessidade da indagação, da investigação, fazendo da ciência um edifício em permanente construção”.

Em virtude disso, essa pesquisa caracterizou-se também por ser qualitativa, que, para Bauer (2007, p. 22), “evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa *soft*.” Com isso, nessa forma de análise, focamos em interpretar o lugar da Arquivologia no cenário das Ciências Sociais Aplicadas enquanto uma possível ciência. Nesse percurso, a pesquisa bibliográfica torna-se indispensável por que.

É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve procurar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação (KOCHE, 1997, p. 122).

Para Richardson (1999, p.79), a “abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Para esse mesmo autor (1999, p. 83):

[...] os problemas que suscitam análise qualitativa exigem do pesquisador trato especial na condução das observações e habilidades quanto ao uso ou criação das categorias, pois, mesmo que se obtenha um conjunto de observações bastante amplo e não se tomem como referencial certas categorias, é quase certo que sejam encontradas dificuldades quando da análise ordenada das informações.

Tendo por base o panorama acima discutido, podemos caracterizar o tipo de pesquisa como sendo bibliográfica.

2.1.1 A HERMENÊUTICA COMO FUNDAMENTO INTERPRETATIVO DA PESQUISA

Para uma melhor compreensão dos processos interpretativos da pesquisa, valemo-nos da categoria hermenêutica, para promovermos o debate hermenêutico sobre as ciências, sobretudo os fundamentos da Arquivologia dentro dessas perspectivas.

Nessas conjunturas interpretativas os fenômenos são analisados de maneira que direcionem uma maior compreensão dos processos, das características e peculiaridades marcantes da realidade.

O círculo hermenêutico cumpre-se, desconstruindo um a um os diferentes objetos teóricos que a ciência constrói sobre si própria e, com eles, as diferentes imagens que dá de si, a fim de tornar compreensível por que razão foram construídos esses objetos e não outros. A desconstrução faz-se mediante o apelo ao inobjetivável e ao inimaginável que tornam ou tornaram-se socialmente possíveis os objetos e as imagens científicas em uso. De modo que, como Bachelard, a teoria do objetivo deve ser construída contra o objeto (1972: 250), assim também só aplicando a ciência contra a ciência é possível levá-la a dizer não só o que sabe de si, mas tudo aquilo que tem de ignorar a seu respeito para poder saber da sociedade o que esperamos que ela saiba (SANTOS, 1989, p. 13).

Dessa forma, a utilização da hermenêutica na pesquisa foi considerável, visto que fizemos uma análise epistemológica e interpretativa da Arquivologia, compreendendo suas carências metodológicas e seu *status* de cientificidade.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Ao pensarmos nessa pesquisa deparamo-nos com situações estruturantes sobre o patamar da Arquivologia na contemporaneidade. Com isso, a grande questão foi compreender a possível cientificidade dessa área do conhecimento no universo das ciências empírico-analíticas.

Nesse quadro, tivemos como problema a análise dos princípios norteadores da Arquivologia para entendermos o universo de sua possível autonomia. Nossa ênfase ganha força quando analisamos os eventos históricos e percebemos as transformações metodológicas que a Arquivologia (Custodial/pós-custodial)¹ tem passado ao longo do tempo, caracterizada por sua evolução e mudanças na relação com seu objeto do documento a informação.

De todo modo, o rompimento da historiografia com as velhas formas tradicionais (Positivismo) do século XIX ainda se vigora no cotidiano de forma bem atual. A ótica científica do século XIX significou um projeto ousado na própria relação com o anseio arquitetônico do moderno. Neste mesmo século também mencionado na História como período das luzes, deu-se uma valorização dos acervos documentais como instrumentos de força, de poder, guardas jurídicas, fiscais e de informação a serviços do Estado.

Nossas teorias são invenções nossas; mas podem não passar de conjeturas mal-fundadas, conjeturas audaciosas, hipotéticas. A partir delas, criamos um mundo real; mas nossas próprias redes, nas quais procuramos colher o mundo real (POPPER, 1977, p. 67).

A priori, conhecer os fundamentos da Arquivologia é compreender que se faz necessário identificar suas possíveis metodologias e objetos. É de se pensar a “autonomia” desse campo enquanto disciplina acadêmica, porém, entender que o alicerce da ciência é apontar o conhecer/explicar, é comprovar ou provocar os

¹ Arquivologia Custodial é aquela que está ligada ao documento em si, já na pós-custodial a Arquivologia se atrela a informação.

modelos internos de cada área como forma de sustentação de seus próprios métodos. Com base nisso, a pesquisa parte da seguinte questão: **Como entender o sentido epistemológico da Arquivologia no universo de sua pretensa cientificidade.**

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o caráter epistemológico da Arquivologia no universo de sua pretensa cientificidade.

2.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir os “chamados paradigmas” da Arquivologia enquanto ciência.
- Verificar o processo evolutivo da disciplina com suas características gerais.
- Averiguar as mediações relativas aos aspectos contingentes do processo pelo qual se empreende a atividade científica como tal.

3 A CIÊNCIA COMO RAZÃO LEGITIMADORA: da revolução das luzes à crise de paradigmas na modernidade

A ciência induziu a trilhar novos horizontes, nova forma de se pensar e agir, a ciência aparecerá como uma “solução” do caos, da desordem e do improvável. O despertar da ciência e seu progresso contribuíram de alguma forma para perverter nossos costumes. Isso torna-se evidente, pois a razão traz o sujeito cognoscente para dentro de si mesmo.

Sendo assim, a ciência traz em sua realidade novas formas de se pensar o meio social entre as verdades constituídas daquilo que aparenta ser. A ciência moderna trazia o paradigma da racionalidade a partir dos aparatos da revolução científica instaurada no século XVI e que foram reformuladas nos séculos posteriores principalmente no século XIX com as ciências sociais.

A crise de paradigma da ciência moderna tem sua justificativa através do componente teórico e das situações condicionais do fator social. Essa mesma ciência moderna quer fazer surgir uma nova ordem científica, apontada pela epistemologia e metodologia do próprio conhecimento científico.

Sob a perspectiva da ciência moderna estabeleceu-se algo que deslocou a herança do antigo pensamento de ciência para novos fundamentos: Galileu inicia-se uma nova época no conhecimento do mundo. Uma noção do saber define a partir de então o objeto da ciência (GADAMER, 2007, p. 370).

Nesse sentido, o autor afirma que a ciência despontará com novos vieses, novos objetos definidores para entendermos as complexidades nas relações cotidianas. Para Gadamer (2007, p.389), “o que constitui a essência da ciência, agora, é aquilo que pode ser explicado e construído a partir das leis racionais”. Dessa maneira, tornava-se necessário a constituição de algo que justificasse aquilo que se afirmava, o empirismo tradicional parecia perder espaço para essa nova essência calcada em metodologias e objetividades bem demarcadas. A rigor, a ciência moderna surge como um objeto específico de investigação, construindo um método pelo qual tenha um controle do próprio conhecimento.

Do ponto de vista conceitual, cada ciência tem uma intenção própria nos seus métodos rigorosos de investigar, de colher, de comprovar a finalidade das suas próprias regras.

Esse modo de ser da ciência moderna é determinante para todos os âmbitos de nossa vida, pois o ideal de verificação, a restrição do saber ao que é verificável, tem sua realização na imitação. Assim, da lei progressiva da ciência moderna surge todo o universo da planificação e da técnica (GADAMER, 2007, p. 62).

No século das luzes os iluministas queriam questionar a própria autonomia dessas racionalidades (sujeitos) e da própria ciência. Através da razão os iluministas contestavam os mitos, os dogmas e a fé divina. Tornou necessário que o próprio homem se emancipasse dessas “verdades”.

O iluminismo perseguiu o objetivo de trazer aos homens doutrinas que apregoassem o desenvolvimento da inteligência cognitiva, da aprendizagem, da produção do conhecimento. Não há dúvida alguma de que, para o movimento, a pretensão era fortalecer o saber racional, reconhecendo como a propulsão da superioridade do homem diante da limitação das imagens explicativas da realidade (MEDEIROS, 2008, p. 88).

Na cronologia moderna representada por essas inquietações iluministas os sujeitos teriam maiores respostas para os fenômenos naturais, não mais aquela de um ser divino e supremo, agora, o homem categorizado pelas racionalidades legitimadas pela ciência irá pensar as explicações para esses mesmos fenômenos de forma mais fundamentada.

A razão esclarecedora do iluminismo passa, assim, a ser concebida como o reverso de seus próprios intentos, ou seja, torna-se dialeticamente negativa e radicalmente combatida como um princípio caótico que só serviu para destruir o homem (MEDEIROS, 2008, p. 92).

Para adentrarmos na crise paradigmática da modernidade é pertinente entendermos o que seria a própria modernidade. Então, a modernidade poderia ser contextualizada como uma ação de racionalização, para Habermas (1999), “a modernidade é um projeto racional e expansivo de reconstrução de valores comuns,

e o processo de modernização das sociedades é considerado como perspectiva dirigida e conturbada, decretando a fase radical da racionalização”.

Com a modernidade os indivíduos distanciaram-se das querelas tradicionais do sagrado, visto que, os mesmos agora vão estruturar-se de forma racional e universalizante.

Nos tempos ditos “modernos”, cujo marco vem desde o Século XVIII, o ocidente apostou numa acepção de racionalidade, aliada aos interesses científicos e instrumentais, como promessa para a resolução dos grandes problemas da humanidade. O velho mundo grego irradiou para toda a cultura ocidental “faíscas” paradigmáticas, influenciando da filosofia clássica à ciência contemporânea, que impulsionou uma ordem do pensamento instaurada para definir fenômenos naturais e humanos, definido as leis e suas relações (MEDEIROS, 2008, p. 55).

Todo esse avanço da ciência vai eclodir uma crise com a própria modernidade. A compreensão de paradigma nos leva a entender que as relações do cotidiano começavam a ser pensadas de forma diferente, a quebra das “verdades” pré-estabelecidas daria espaço a questionamentos, a provocações, a modelos de coesão capazes de romper com alguns procedimentos que eram tidos como certezas imutáveis. Diante disso, Kuhn (2003, p.13) diz: “considero paradigmas as realizações científicas universalmente conhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

A noção de paradigma de Kuhn (2003), torna-se muito peculiar na Arquivologia: de uma Arquivologia clássica ou tradicional (vinculada ao documento ou até mesmo a uma pós-custodial fundada na informação.

3.1 RACIONALIDADE E SÉCULO DAS LUZES: liberdade, igualdade e fraternidade

A racionalidade ou razão foi o caminho encontrado pelos iluministas para vencer as trevas, superar os limites mais profundos da humanidade.

A história iluminista é dominada pelos conceitos de sistema e de totalidade. Ela é a realização de um sujeito universal, de um sujeito coletivo, que sabe de si e quer saber cada vez mais de si. O sujeito consciente é movido por um desejo de totalização de si, de autoconsciência. Em busca de uma consciência total de si, ele realiza ações totais, visando obtê-la aceleradamente. (REIS, 2006, p. 69).

A razão instaurou uma nova ordem de pensar o mundo, visto que a universalidade, a individualidade e a autonomia acabaram difundindo-se em diversos lugares da Europa. A partir daí começa a se pensar em críticas ao próprio Estado absolutista.

O iluminismo vincula-se à lógica da razão, a serviço da crítica do presente, de suas estruturas e realizações históricas. Para Severino, o iluminismo (1994, p. 108) é entendido como uma:

Concepção filosófica de acordo com a qual o conhecimento se dá em função das luzes da razão e que só o conhecimento racional crítico e a cientificidade emancipam o homem da superstição e do dogma, promovendo seu progresso em todos os campos. Por extensão, é todo movimento político, literário, cultural que se apóia nesta visão.

A racionalidade provocou uma grande transformação nas relações cotidianas, onde os homens aflorados por essa razão crítica queriam se desvincular daquilo que os prendiam como os dogmas e a fé. Então, nas luzes esses mesmos homens travaram uma luta racional por liberdade provocando uma ida ao futuro.

O projeto iluminista legitima toda a violência contra o passado-presente, encarado como entrave, obstáculo à liberdade, e propõe uma ida vertiginosa ao futuro. A utopia racional, a realização absoluta da razão legitima toda violência contra o passado-presente. O iluminismo levou uma revolução permanente do vivido, à subordinação do passado-presente a uma teleologia. (REIS, 2006, p.69).

Diante disso, Reis (2006) faz refletir que os instrumentos da liberdade humana que se separam de um passado-presente e ganha uma visão futurista, é necessário recuperar o impulso crítico, que acenou ao homem possibilidades de construir racionalmente seu próprio destino.

Sendo assim, toda essa ânsia de liberdade coloca também a Arquivologia em evidência. Segundo Silva et al. (2009, p. 96), “o iluminismo deu veste cultural à Arquivística, mas foi também germe de consideráveis desvios”. O Silva et al. vem tecer a respeito das influência que a Arquivologia sofreu com o iluminismo, visto que, essa roupagem trazia consigo o “vício” do positivismo na realidade da própria linguagem documental, e nos seus valores intrínsecos.

Na transição do século XIX para o século XX e durante os primeiros anos deste século, assiste-se a uma consolidação definitiva das idéias da Revolução Francesa, quanto ao modelo arquivístico. É a afirmação inequívoca da perspectiva historicista e positivista, que se desenvolveu na Europa ao longo de Oitocentos. Tal modelo assenta na proliferação e desenvolvimento de arquivos com uma finalidade, que poderemos considerar exógena, relativamente aos fins específicos que determinam a própria formação dos arquivos (SILVA et al., 2009, p.115).

Dessa maneira, para Reis (2000, p.190), “Habermas insiste nos conceitos iluministas de sujeito e consciência, que seriam fundados numa linguagem estável, que possibilita o diálogo e a ação legítima pelo discurso”. De todo modo, essa vertente de pensamento em longo prazo faz os iluministas terem confiança e esperança na razão. Nesse sentido Reis (2000, p, 166), “os iluministas acreditam ter decifrado o segredo da história e recomendam a produção vertiginosa de eventos que o concretizem”.

A Europa ocidental não é mais o que era antes (presa a uma herança dogmática), começa a decifrar novas formas de se pensar a história dos sujeitos.

O conceito de “modernidade”, portanto, assim como o próprio processo que ele designa revelam uma tensão: no início, nos séculos XIII-XVI, representara a ruptura com o passado de universalismo cristão e abriu um presente secularizado, com suas conseqüências – racionalização da ação e fragmentação da vida interna do homem ocidental (REIS 2006, p. 28).

A ideia de uma vida abundante e caracterizada pelo progresso vem de algum modo exprimir essa nova situação do homem, suas realizações futuras, suas profecias mais absurdas. As luzes vão romper com a religião, afetando a maneira do saber, de entendimento e consciência. Para Reis (2006, p. 32) “as luzes se separam

da religião por cisão, colocando-se ao lado dela. Houve uma cisão da fé e do saber que as luzes são incapazes de superar seus próprios meios”.

Desse modo, a vertente da religiosidade ainda se fazia presente nessas discussões e na relação com a ciência moderna.

A substituição representativa do sagrado, sobre o qual se validam as explicações das coisas, pelas legitimações comprovadas da ciência, filiadas à racionalidade, fez do século XVIII um período impregnado de fé na unidade e imutabilidade da razão. É assim que a racionalização passa a ser esfera imprescindível da modernidade, visto que a função unificadora do pensamento iluminista passou a ser função fundamental da razão (MEDEIROS, 2008, p. 90).

Para Medeiros (2008), essas variações iluministas de pensar a história da humanidade têm toda uma ideologia que anseia incondicionalmente uma busca do que venha posteriormente acontecer.

O projeto iluminista é profundamente otimista: crê na razão e em seu poder de sempre ver claro e de construir um mundo real segundo seus parâmetros. A hipótese fundamental do iluminismo é helegiana: a história da humanidade não pode não ter sentido, não pode ser mudança sem direção e significado (REIS, 2000, p. 165). (grifo nosso)

Então, os meios reais estão sempre em mudança, em transformação. As construções singulares em busca da “liberdade” se acentuam, e tudo passa a ser manobrado e pensado a serviço do próprio homem. Para Reis (2000, p. 167) “a grande narrativa iluminista garante a legitimidade da intervenção radical da realidade”.

Nessa realidade que se aflorou com a Revolução Francesa, onde, as tendências de mudança tornaram necessário para que o próprio homem não ficasse estagnado em si mesmo, em uma luta obscura, descontinua e sem rumo.

O iluminismo perseguiu o objetivo de trazer aos homens doutrinas que apregoassem o desenvolvimento da inteligência cognitiva, da aprendizagem, da produção do conhecimento. Não há dúvida alguma de que, para o movimento, a pretensão era fortalecer saber racional, reconhecido como a propulsão da superioridade do homem, diante da limitação das imagens explicativas da realidade (MEDEIROS, 2008, p. 89).

Nessa linha, para Medeiros (2008), o iluminismo desenvolveu uma relação profunda com o sujeito cognoscente. De todo modo, para Reis (2006, p. 41), “as luzes geraram dois tipos de conhecimento histórico: a história como consciência crítica de uma época, reformista e discursiva, e a história como consciência crítico-prático, uma arma de combate”.

Diante dessas características iluministas observamos diferentes olhares e intenções sobre os procedimentos unidimensionais atestados pela ciência.

Ao passo que o saber é valorizado, há também uma supervalorização da técnica como fim último, que aumenta os investimentos para obrigar o conhecimento empírico a se renovar. A racionalidade técnica se torna a racionalidade da dominação. Saber e conhecimento, com isso, são sinônimos de poder; de um poder universal e onipresente como é a razão instrumental (MEDEIROS, 2008, p. 93).

Concordamos com Medeiros (2008) que essa racionalidade técnica se transformar-se-ia em uma dominação e que na Arquivologia acabou se generalizando. Então, parece-nos que com a utilização da racionalidade os homens chegariam e atingiriam diversos lugares e progresso, e isso se confirmou em 1789 com a revolução.

A Revolução Francesa foi um evento que marcou profundamente a história da humanidade, nesse acontecimento os cidadãos estavam esgotados com o autoritarismo monárquico, representado pelo absolutismo do rei. Então, a população não aguentava mais ser massacrada pela cobrança de impostos, visto que, a bonança era sempre remetida à nobreza e ao alto clero.

Com isso, a população não estava mais interessada em aceitar ou obedecer às ordens e regras dessa nobreza, e essa insatisfação só fez aumentar, quando houve um grave aumento fiscal.

Diante disso, os termos liberdade, igualdade e fraternidade tornaram-se o *slogan* da Revolução, em que os cidadãos lutavam pelo fim da servidão a nobreza e travaram uma luta por direitos. Com a Revolução Francesa de 1789, algumas inquietações começam a se estruturar principalmente através das racionalidades.

No contexto das conquistas do iluminismo, que surge da Revolução Francesa e da Reforma Protestante a ideia do universalismo que assume o apogeu de seu grande ideário utópico: liberdade, igualdade e fraternidade. Essas linhas de ação são vertentes políticas que agem como princípios subjetivos em esfera coletiva, o que retirou o paradigma da subjetividade como parâmetros de maior destaque da modernidade. Na perspectiva da subjetividade, o iluminismo não restringe sua compreensão ao esclarecimento de uma matéria, mas valoriza a posição que cada pessoa exerce frente ao entendimento de si mesma (MEDEIROS, 2008, p. 91).

A episteme moderna tem toda essa criação formada pelas narrativas filosóficas, calcadas em conceitos, rompendo com pensamentos e correntes que se monopolizavam como a fé e que determinam regras. Segundo Medeiros (2008, p. 87), “a ciência moderna, a razão é o meio que constitui o sentido profundo da existência humana, pois nela a inteligência é chamada a procurar livremente as soluções capazes de oferecer um sentido pleno à vida”.

Então, os discursos que muitas vezes foram criados têm essa idealização do homem como obra pensante de si mesmo, porém, em muitas das vezes tornam-se seres condicionados, por questões sócio-econômicos.

3.2 O PODER DA RAZÃO NA MODERNIDADE: a redenção da ciência

Como vimos, o século das luzes influenciou profundamente a razão na modernidade através da racionalização, onde, sujeitos tornariam mais críticos da sua própria realidade. Na modernidade essa razão irá se aflorar de forma enfática, visto que os indivíduos queriam avançar enquanto sujeitos racionais, rasgando com as antigas tradições dos dogmas e assim abrindo mais possibilidades de entender as complexidades do seu cotidiano.

O limiar da modernidade caracterizar-se-ia, então, por esse processo e racionalização que se iniciou com a perda da “intocabilidade” do marco institucional pelos subsistemas da ação racional dirigida a fins. As legitimações tradicionais tornam-se criticáveis ao compararem-se com os critérios da racionalidade própria das relações fim-meios; as informações provenientes do âmbito do saber tecnicamente utilizável imiscuíram-se nas

tradições e compeliram a uma reconstrução das interpretações tradicionais do mundo (MEDEIROS apud HABERMAS, 2008, p. 87).

Segundo Reis (2006, p.28), “a razão trataria a reunificação da humanidade, substituindo a religião, ao se dar como finalidade a construção de uma sociedade moral”.

Nessa “sociedade moral”, os indivíduos começam a enquadrar-se como construtor direto da racionalidade, um arcabouço que se voltava para o próprio homem, na medida em que procurava algo que reunificasse seus pensamentos e hábitos. Segundo Reis (2006, p. 29), “o século XVIII, europeu, passou a pensar filosoficamente a história universal da humanidade, a elaborar os direitos universais do homem, atribuindo-lhe o sentido da realização de uma finalidade moral”.

Diante disso, a humanidade começa a ter outro viés com a razão, não mais aquela direcionada pela fé, no entanto, o homem começa a autocrítica de sua existência enquanto sujeito racional e subjetivo.

Para Habermas, o século XVIII criou o pensamento específico da modernidade, as filosofias da História, que seriam uma legitimação da história universal não mais baseada na fé. Elas são modernas porque têm a forma de uma elaboração racional da história, de uma interpretação sistemática da história da humanidade universal, estabelecendo um princípio que procurava reunificar a sucessão dos acontecimentos em um sentido fundamental. Em sua segunda fase, a modernidade através das filosofias da história recolocaria à história a questão do sentido histórico e da história universal, que retornaria ainda implicações teológicas, mas oferecendo a perfectibilidade moral neste mundo profano no lugar da salvação do outro (REIS, 2006 p. 29).

A partir da afirmação de Reis (2006), entendemos que a modernidade quis a busca do novo, do perfeito, aquilo que não se distancia de uma “moral racional” e que se assenta na liberdade e na ruptura desse passado condicionado e marcado pela soberania divina. O mundo profano começa a ter força como um lugar que exige valores e consciências contínuas. Para Reis (2006, p. 29), a “razão que governa o mundo seria o esforço moderno, profano, de talvez reencantar o mundo”.

Essa modernidade tão demarcada tem essa afeição pelo novo, por aquilo que de alguma forma consiga se render a novos padrões de pensamentos, de uma reintegração consistente dessa racionalização.

Para Habermas, os tempos modernos são marcados por quatro princípios: a) o individualismo (a singularidade infinitamente particular que faz valer as suas pretensões; b) o direito a crítica (cada um só pode aceitar o que lhe parecer justificado; c) a autonomia da ação (somos responsáveis por nossa ação; d) a filosofia idealista (que apreende a idéia que a consciência tem dela mesma). O sujeito é soberano, crítico, livre e reflexivo e faz valer seu discernimento individual (REIS, 2006, p. 32).

A rigor, a ideia de liberdade vem contribuir para a evolução dessa sociedade racional, de maneira que os indivíduos venham ser reflexos si mesmos, tornando mais desenvolvida as buscas pela sua própria condição de sujeito.

As estruturas de racionalidade não se materializam apenas nos mecanismos do agir racional com relação ao fim, portanto, em tecnologias, estratégia, organização e qualificações, mas também nas mediações do agir comunicativo, nos mecanismos que regulam os conflitos, nas imagens do mundo, nas formações de identidades (HABERMAS 1983, p. 35).

Esses critérios de liberdade são fundamentais para entendermos as relações cotidianas, as estruturas de racionalidades que estão sendo edificadas por esse sujeito subjetivo e racional.

A razão é o novo soberano absoluto intolerante, totalitária, universalista, absolutista. A violência revolucionária é inocente, pois racional e moral contra a violência pura do Estado. As filosofias da história garantem a legitimidade da intervenção radical na realidade histórica, pois esta é expressão da razão e produtora de liberdade. Elas opõem a razão moral ao rei, a igreja e ao passado (REIS, 2006, p. 34).

A produção da moralidade, da liberdade, da justiça irão se enquadrar nos discursos ideológicos cientificistas sobre os interesses do Estado. Para Reis (2006, p.50), “Habermas deseja recuperar a razão ao acreditar que só ela mesma, autocriticando-se, refletindo sobre si mesma, poderia superar seus próprios desvios. A razão moderna possui meios para a sua autocrítica e auto-superação”.

O avanço das ciências contribui para purificar ou modelar os costumes, as crenças mais imediatas, as necessidades humanas. A ciência moderna emerge em um contexto muito peculiar, de contraponto entre um modelo que se predominava e que detinha uma explicação para a existência das coisas e dos sujeitos. A centralidade se encontrava no poder divino, ou seja, a igreja é que determinava a figura divina como explicação e comprovação dos acontecimentos.

A modernidade deu um golpe de desvalorização nas formas de esclarecimento, que tinham emprestado também às teorias um resto da força unificadora dos mitos originários: a síndrome de validade, da qual dependem os conceitos básicos da religião e da metafísica, desfez-se no momento em que surgiram, de um lado, as culturas de especialistas em ciência, em moral e em direito e, de outro lado, a arte se tornou independente (MEDEIROS apud HABERMAS, 2008, p. 92).

Então, a ciência moderna passa por uma transformação técnica e social que acaba atingindo o cotidiano. Segundo Reis (2000, p. 190), “Habermas defende uma razão autocrítica contra a razão instrumental, manipuladora e violadora do real e do outro. Ele acredita e defende uma razão comunicativa, intersubjetiva, ético-prática”.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender esses novos modelos impregnados pela razão, uma racionalidade que se modela como estratégia de reunificação da humanidade.

Racionalizar significa a superação de tal comunicação sistematicamente distorcida. A racionalização do agir não tem efeitos apenas sobre as forças produtivas, mas também, de modo autônomo sobre as estruturas normativas (HABERMAS, 1983, p. 31).

Com efeito, essas estruturas normativas representadas pelas éticas formalistas do Estado, também sofre mudança no alicerce de racionalidade.

As ciências modernas, finalmente, permitem explicações nomológicas e justificações práticas, com o auxílio de teorias e construções passíveis de revisão e controladas com base na experiência. “O progresso das ciências modernas e o avanço da formação de vontades político-morais não são mais prejudicados por uma ordem certamente fundamentada, mas colocada como absoluta” (HABERMAS, 1983, p. 19).

A ciência é marcada por sucessivas rupturas epistemológicas, o espírito científico é essencialmente retificação do saber, um alargamento estruturante do próprio conhecimento. Então, a ciência moderna se renderá a uma racionalidade, a um pragmatismo que formaliza a busca constante por novos meios de integração social, um saber prático-moral, em que o homem consiga observar seus próprios limites cognoscente.

Nessa ciência estipulada e difundida como moderna as formas do conhecer ganham contornos através da especialização, ocorrendo uma dicotomia bem determinada entre a rigorosidade/restrrição, tornado uma disciplinização dos meios de se pensar a ciência.

A ciência ou os cientistas não vão descobrir algo, porém, irão criar as explicações da realidade, dos meios, uma crença naquilo que se afirma que está sendo desenvolvido empiricamente. De todo modo, é como ocorresse uma funcionalidade do conhecimento e posteriormente do mundo que vem evoluindo as expectativas de conseguir mais instrumentos de sobrevivência, diferentemente da fé onde se esperava a cura e explicações através das respostas divinas.

Desta feita, é imprescindível compreender estes paradigmas que envolvem a racionalidade, os discursos de cientificidade em torno dessas questões tão complexas. A ciência é uma atividade que impulsiona a uma racionalidade, a modelos que de alguma forma venha enaltecer a capacidade compreensiva do homem. Através dela o indivíduo se questiona, problematiza, evidência os fatos mais contundentes, mais emblemáticos e incompreensíveis. Sendo assim, a ciência traz várias interpretações acerca das complexidades das coisas.

A história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraída de fatos. Também contém, ideias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. Em uma análise mais detalhada, até descobrimos que a ciência não conhece, de modo alguma fatos nus, mas que todos os fatos que tomamos conhecimento já são vistos de certo modo, e são, portanto, essencialmente ideacionais. Se é assim, a história da ciência será tão complexa, caótica e repleta de enganos e interessante quanto as ideias que encerra, e essas ideias serão tão complexa, caóticas, repletas de enganos e interessantes quanto a mente daqueles que a inventaram (FEYERABEND, 2007, p. 33). (grifo nosso)

Na modernidade, a razão se divide em racionalidades, em situações que se proliferam em âmbitos específicos, a razão dá ordem aos conteúdos, organiza os procedimentos materiais das realidades cotidianas. Medeiros (2008, p. 86) é enfático ao dizer que:

Por modernidade, entendemos a chegada do sujeito a uma época que se contrapõe à tradição do saber homologado pelo não questionamento. Trata-se da descoberta de um novo mundo, do renascimento para uma vida fundada na sabedoria compartilhada e na abertura de investimentos para reposicionar o “homem moderno” na nova estrutura social da razão.

Diante disso, para Reis (2006, p.33), “a modernidade é marcada pela busca do novo, do melhor e mais perfeito, que são criações do homem”. A ciência moderna vem propor uma busca acelerada para explicar as coisas inexplicáveis, para verificar os graus de complexidade dos acontecimentos. Nesse panorama a ciência terá sua redenção nessas construções, nesses padrões tão demarcados e determinados, a ciência vem emergir como um tipo de conhecimento capaz de entender os formatos e os sentidos das coisas.

Dessa maneira, Reis (2006, p.69), “a crítica racional torna-se impiedosa e intransigente em relação aos irracionalismos e privilégios da tradição”. Essa tradição mantida por uma consciência irracional dos fatos, da realidade, da maneira de enxergar a gravidade dos acontecimentos. Então, todo esse artefato de cientificidade tem que ser debatido para podermos compreender melhor a possível cientificidade na Arquivologia.

4 CONHECIMENTO E INTERESSE: o lugar das ciências sociais aplicadas

Onde é que nos encontramos hoje? Como são justificadas as exigências da ciência? Que motivos racionais existem – se de fato existem algum – para que uma pessoa concorde com as doutrinas das ciências modernas? Será que os que trabalham em outras disciplinas deveriam se esforçar para fazê-la mais parecidas com a ciência, ou será que as pessoas que trabalham em ciência deveriam finalmente capitular e reconhecer que, de um ponto de vista epistemológico, as exigências de seu conhecimento não são mais seguras do que aquelas mais geral, quais são as implicações dos trabalhos revolucionários em filosofia da ciência nas últimas três ou quatro décadas, para a conduta de pesquisa nas ciências sociais e “puras” e “aplicadas” (PHILLIPS, 1987, p. 3-4).

Cronologicamente o final do século XVIII e início do XIX foram marcados por diversos acontecimentos que marcaram a história da humanidade, como revoluções, guerras, e o avanço nas relações cotidianas entre os sujeitos categorizados pela racionalidade da ciência moderna. Então, nas discussões da ciência moderna percebemos que a subjetividade e a racionalidade tornaram o homem mais “crítico” com sua realidade, com seu “Eu” mais profundo.

Ainda no século XIX, as disciplinas que se conformaram como ciências sociais e humanas, também seguiram esse modelo para a explicação dos fenômenos relativos aos comportamentos humanos e desenvolvimento social. Buscavam leis regularidades, determinações na evolução e transformação dos indivíduos ou das sociedades. Teorias sociais tão diferentes entre si como o positivismo, o marxismo, e o funcionalismo, surgiram como parte dessa mesma visão, ainda que no final do século XIX começasse a ser questionada a viabilidade de uma ciência social objetiva, que adotasse o método e o estatuto das ciências naturais (VAITSMAN, 1995, p. 2).

Esse questionamento tinha uma relação com objeto das ciências sociais e humanas, esse objeto é caracterizado pelo o homem, pensante, subjetivo e racional. Dessa maneira, todos esses fatores colocavam as ciências sociais em uma situação complicada, como ter por objeto um ser complexo, contraditório e inconstante, diferentemente das ciências naturais.

As ciências humanas mostram que o homem é antes de tudo uma realidade observável entre outras realidades que compõem o universo, que é ser-no-mundo. Mas sua presença é, ao mesmo tempo, uma relação

transcendental, pois o homem é simultaneamente presença a si mesmo e vai além de si mesmo, em direção a uma realidade que não se identifica com ele; é projeto prático e teórico, efetivo e potencial sobre si e sobre as coisas. É o comportamento que revela essa realidade do homem; é o comportamento que propicia ao homem a possibilidade de se revelar como realidade consistente e de estabelecer um sentido que o ultrapasse como realidade consistente em si, pois o homem é doador de sentido às coisas (GILES, 1979, p. 104).

As ciências humanas são marcadas pelas racionalidades e intersubjetividades do próprio homem, que são categorizados por várias formas.

As ciências humanas se fundamentam necessariamente em uma experiência natural da intersubjetividade e no modo de ser que essa experiência implica ao homem, isto é, no modo ou conjunto de experiências e de teses que toda vida em comum suscita efetivamente, quer disto tenham consciência ou não, isto quer dizer que essa realidade revela-se e manifesta-se ao cientista como a ativação de algumas formas e variáveis de algumas possibilidades fundamentais ligadas a toda vida humana, possibilidades cujo significado só poderá alcançar relativamente a uma experiência efetiva de intersubjetividade, experiência efetiva que o próprio cientista vive (GILES, 1979, p. 103).

No âmbito de nossa discussão, percebemos que o homem racional categorizado pela separação dogmática quer compreender melhor sua circularidade social e seu lugar enquanto sujeito, criando meios que possibilite e venha explicar sua própria existência.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO

Um campo científico se constitui primeiramente pelo teor da pesquisa, da investigação, buscando saberes, metodologias e explicações acerca do conhecimento.

Toda construção, teorização e explicação científica envia, eventualmente, através de uma série de intermediários que a análise pode revelar, a uma experiência do mundo vivido da percepção. Não que essa explicação não possa pretender outra coisa diferente daquilo que essa experiência mostra, mas no sentido de que o saber científico é necessariamente explicitação de um momento na experiência do mundo vivido (GILES, 1979, p. 103).

De todo modo, esses meios referencialmente afirmados por Giles estão referidos nos conceitos, nas teorias e nas hipóteses da própria ciência moderna, que fez do homem um ser mais crítico.

A rigor, os autores compreendem que a Arquivologia espera por critérios investigativos coesos nos seus fundamentos e princípios, para assim se distanciar dos meios práticos.

O saber científico é fundado sobre o fato irrecusável de que não estamos na situação de fatos como um objeto no espaço objetivo, pois ela é para nós princípio de curiosidade, de investigação, de interesse para outras situações, enquanto variantes da situação atual. Chamar-se-á ciência a tentativa de construir variáveis ideais que objetivem e esquematizem o funcionamento dessa comunicação efetiva (GILES, 1979, p. 106).

Dessa maneira, o conhecimento é buscado pelo interesse daquilo que deseja realmente conhecer, ou seja, podemos resumir como sendo o próprio conhecimento.

Para Bourdieu (1983, p. 122-123);

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inesperável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos o monopólio da competência científica compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Desde já, questionamos o possível campo científico da Arquivologia. Seria o documento orgânico um canal que viabiliza e condiciona a Arquivologia como científica, os fundamentos e princípios arquivísticos dariam subsídios para afirmarmos tais pretensões desse campo?

Todavia, o campo científico não poderá ser analisado de forma dispersa, no entanto, esse mesmo campo vem problematizar e buscar as realidades dos fenômenos a serem debatidos e estudados.

Por outro lado, pensar na Arquivologia e na arquivística como disciplina é também ter em mente o seu possível universo científico. O conhecimento no nosso entendimento acontece e perpassa pela pesquisa científica, especialmente pelas epistemologias. Sendo assim, Rousseau e Couture (1998, p. 72) dizem que “a arquivística deve claramente definir sua esfera de atividade para escolher em seguida as suas alianças com as disciplinas contributivas”.

. Segundo Silva et al. (2009, p. 213), “ a arquivística pode e deve ser uma ciência para além do meramente instrumental ou técnico para desde logo, obriga a substituir o primado fazer pelo do conhecer”.

Nessa esfera de pensamento concordamos com Silva et al. (2009), tornando essencial olhar para os conceitos da Arquivologia, suas deficiências e confluências teóricas que esbarra num instrumentalismo prático, necessitando de um dispositivo coeso que viabilize um melhor entendimento de seus princípios. O que dificulta também uma teoria sólida da Arquivologia são as diferentes formas de se pensar a própria Arquivologia, os detrimentos entre diversos países que lutam para demonstrar qual a melhor maneira de manusear as documentações nos arquivos.

O século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre as funções dos arquivos e sobre os princípios de organização. Por influência conjugada das correntes positivista e historicista, os arquivos são relegados para uma posição instrumental relativamente à Paleografia e a Diplomática, transformando-se a Arquivística também numa disciplina auxiliar da História (SILVA et al., 2009, p. 206).

Dessa forma, para que um campo científico se sustente é necessário que ele tenha autonomia e liberdade nas suas próprias teorias.

O cientista aprende teorias, métodos e critérios, e é por esse motivo que uma modificação de modelo implica modificações nos critérios que determinam a legitimidade de problemas e soluções. O cientista adota novos instrumentos e olha novas direções. O cientista sabe quais os dados do problema, e os conceitos relevantes para a sua interpretação (GILES, 1979, p. 301).

A Arquivologia brasileira está pautada ainda nas práticas organizativas no interior dos arquivos, aproximando-se da realidade custodial da Espanha. Em

terceiro, é necessário que os arquivistas busquem teorias e não “receitas” para assim pensar em um *corpus científico*.

4.2 MANIFESTAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: o que são? de onde vêm?

As ciências, de modo geral, têm seu grande apogeu nos séculos XVIII e XIX, surgindo novas maneiras de facilitar as relações cotidianas. Então, nas discussões anteriores de racionalidades vimos que se voltava para o próprio homem. Nessas referidas cronologias a Arquivologia sofrerá mudanças profundas, tanto na sua realidade interna de procedimentos e organização, assim como, nessa interlocução no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

A partir da Revolução Francesa foram postos em causa não apenas os padrões administrativos tradicionais, mas também certa hierarquia de valores já há muito consagrados. Isto teve drásticas repercussões na organização arquivística, cuja instabilidade obrigou a uma meditação mais profunda sobre seu próprio objeto e a definição de um método que respeitasse a sua autonomia (SILVA et al., 2009, p. 100).

Com isso, podemos perceber as transformações mais diversas, os aparatos estruturais que presidem a herança deixada pelos iluministas.

A história científica do século XIX, embora tenha-se esforçado para escapar-lhe, continuava ainda sob a influência da filosofia. Durante o século XIX, essa ruptura com a filosofia foi tentada pelos positivistas marxistas principalmente. (REIS, 2000, p. 38).

De um ponto de vista histórico, é impressionante verificar as mutações ocorridas em torno das ciências. A grande parte dos cientistas positivistas procurava suas inspirações nas ciências naturais, por outro lado, aqueles classificados como marxistas estavam direcionados sob um ponto de vista das ciências sociais.

A relação social terá sua ênfase no diálogo e nos fatos com objetos densos e transcendentais, e de difícil compreensão.

O objeto das ciências humanas não é o homem que trabalha, fala e vive: é o homem que, dentro dessas realidades, produz a representação de suas necessidades e sentidos. As ciências humanas não tratam do que é o homem “por natureza”, mas do que ele é em sua “positividade”, em suas “representações” da vida, do trabalho e da linguagem (REIS, 2000, p. 40).

Desse modo, as representações do homem enquanto sujeito representativo de seus atos, de sua realidade representada por suas vontades, desejos, relações coletivas e individuais.

Na afirmação grega, “o homem é um animal racional, que se pode traduzir por “o homem é um irracional racional” que revela seu caráter ambíguo, fronteiro, dividido, a filosofia dava ênfase ao aspecto “racional”; a nova ciência social dará atenção ao aspecto “irracional” (REIS, 2000, p.41).

Essa “irracionalidade” ganha atenção principalmente na área da psicologia, procurando um entendimento significativo para compreender esse universo tão complexo que é o sujeito. Segundo Reis (2000, p. 41), “objetivo final das ciências sociais, embora não confessado, é reencontrar a consciência e restituir ao homem a sua posição de sujeito”. Aquele ser pensante, que age, e que tem um possível controle de si mesmo.

O que torna emblemático é que as situações objetivas não colocam o indivíduo compreensivo de si próprio, ocorrendo ainda uma série de fatores que torna seu lugar cotidianamente complicado. Nesse ponto de vista, o surgimento das ciências sociais traz três escolas fundamentais, o positivismo², o marxismo e o historicismo.

De acordo com Reis (2000, p. 43):

Essas três escolas possuem em comum a condição de inauguradoras das ciências sociais que: não tratam tanto da consciência de si, isolada, mas das suas relações com as condições objetivas que, para uns, positivistas, a

² Este conceito muito utilizado no século XIX, liderado por Augusto Comte, observa os fenômenos de forma progressiva, o positivismo nega a própria ciência a investigação dos fenômenos da sociedade tanto social como natural.

determinam, para outros, historicistas, a condicionam; para o marxismo, constituem-se reciprocamente.

Então, esses fatos categorizados acima se tornam evidência justamente pela representação que o homem irá estabelecer, ele torna passível de análise, de investigação, de desejo por uma explicação descontínua de sua própria existência.

Para Durkheim, mesmo se uma sociedade é pensada como continuidade de outra, na verdade, ela não é prolongamento daquela, ela é outra, com propriedades a mais e a menos. Ela constitui uma individualidade nova e todas essas individualidades distintas, heterogêneas, não se fundem em uma mesma série contínua, nem em uma série única (REIS, 2000 p. 44).

Com efeito, essa pluralidade de personalidades faz da sociedade um campo minado, perigoso e instável. Nessas circunstâncias as construções de convívio, de relações tornam-se muitas vezes complicadas e perversas.

A ciência social será empírica: não procurará ideal e normas de caráter imperativo à prática social; será uma aspiração à ordem racional da realidade empírica. Não fará juízos de valor, não pretenderá ensinar o que o sujeito deve fazer, mas o que ele pode fazer, dentro de circunstâncias objetivas (REIS, 2000, p. 47).

Com base nisso, é possível entendermos que as ciências sociais aplicadas surgem, também, como uma identidade de demarcação de diferentes áreas do conhecimento, pois a abrangência e a complexidade do termo “humano” determinam variações de conceitos. De todo modo, pensar em lugares específicos de investigação, partindo da ideia de identidade das manifestações que partem de cada área que compõe a sociedade, nos faz pensar nessa identidade na realidade da Arquivologia.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos”. A identidade e a diferença traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer significações distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre nós e eles (SILVA, 2000 p. 82).

Nesses meandros, é necessário compreender as relações sociais da própria Arquivologia, sua “identidade” enquanto disciplina, sua inserção nestes cenários, o que a caracteriza como uma ciência social aplicada, haja vista que a arquivística disciplina acadêmica é referenciada como pertencente a essa realidade.

Diante disso, Bunge (1980, p. 28), aponta “a ciência aplicada pode ser definida como o conjunto das aplicações da ciência básica (ou pura)”. Entendemos que a ciência pura se caracteriza por ser mais básica, mais simples, já a ciência aplicada traz em seu escopo a solução imediata desenvolvida por uma técnica mais aprimorada.

Dessa maneira, qual o interesse social da Arquivologia enquanto uma “possível ciência aplicada? Seria de terminar o caos da massa documental das instituições público-privadas, estabelecendo fundamentos organizacionais através dos instrumentos de classificação de documentos.

Com efeito, problematizar essas questões são fundamentais, pois, torna-se mais do que pertinente compreender essa dicotomia da ciência pura/aplicada. Bunge (1980, p. 31) aponta-nos a diferença entre a ciência básica ou aplicada e a técnica.

A diferença entre Ciência (básica ou aplicada) e técnica resume nisso: enquanto a primeira se propõe a descobrir leis que possam explicar a realidade em sua totalidade, a segunda propõe a controlar determinados setores da realidade, com ajuda de todos os tipos de conhecimento, especialmente os científicos. Tanto uma quanto outra parte de problemas, só que os problemas científicos são puramente cognoscitivos, enquanto que os técnicos são práticos. Ambas buscam dados, formulam hipóteses e teorias, e procuram provar idéias por meio de observações, mediações, experiências ou ensaios. Porém, muitos desses dados, hipóteses e teorias empregados na técnica são tirados da ciência e se referem sempre a questões controláveis, tais como estradas ou máquinas, pradarias ou bosques, minas ou rios, consumidores ou doentes, empregados ou soldados, e a sistemas compostos por homens e artefatos, tais como fábricas ou mercados, hospitais ou exércitos, redes de comunicação ou universidade, etc. Ao técnico, não interessa o universo todo, e sim o que represente recurso natural ou artefato. (grifo nosso)

Com efeito, nessas discussões a técnica está diretamente relacionada aos meios práticos, não diferente da atual configuração da Arquivologia, com seus instrumentos descritivos. Então, as ciências sociais aplicadas têm esses vieses

prático e dar respostas contundentes e rápidas para a sociedade. Segundo Silva (2011) “é preciso ter cuidado com certas “subtilezas” como a de fugir ao debate sério da cientificidade metendo a Arquivologia no “saco” das “ciências instrumentais ou aplicadas”. Sendo assim, o autor provocar a respeito da ligação da Arquivologia com as ciências aplicadas e com as instrumentais, tornando um risco fazer essa afirmação, pois, é necessário definir de fato em que a Arquivologia está inserida como área do conhecimento (epistemologia).

4.3 A TÉCNICA COMO IDEOLOGIA DO PENSAR-AGIR: do pragmatismo ao funcionalismo

A racionalidade da ciência moderna problematiza o sentido da existência do homem como objeto de si mesmo, quebrando com aquela visão da fé, da obra divina, o homem tende a desenvolver seus próprios meios de sobrevivência e melhorias.

Para a ciência moderna a razão é o meio que constitui o sentido profundo da existência humana, pois nela a inteligência é chamada a procurar livremente as soluções capazes de oferecer um sentido pleno à vida. Assim, a razão torna-se um olhar aberto para a realidade, a busca a totalidade dos fatores que a constituem e acolhe as possibilidades das complexidades e multiplicidades da vida humana (MEDEIROS, 2008, p.87).

A ciência moderna de alguma forma traz essa disposição técnica, principalmente pela própria racionalização do homem nas formas produtividade de trabalho e convívio. Para Habermas (2001, p.53), “a disposição da técnica existente, o projeto de uma natureza como interlocutor, em vez de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa da ação racional teleológica”. Com efeito, a natureza não é objeto a ser destruído, no entanto, deve haver essa relação de respeito entre o homem e a natureza.

Desse modo, a técnica aparecerá como instrumento a ser desenvolvido de maneira que venha dar mais “poder” ao próprio homem. Segundo Habermas (2001, p.55), “se a técnica se transforma na forma englobante da produção material, define

então uma cultura inteira; projeta uma totalidade histórica, um mundo”. De todo modo, essa repercussão do progresso técnico-científico engloba todo um sistema de sociedade, as estruturas e os comportamentos racionais. O dilema da razão se encaixa nessas discussões do homem como interlocutor desse novo modo de conviver.

A racionalidade peculiar da ciência e da técnica que, por outro lado, caracteriza um crescente potencial de forças produtivas excedentes, o qual constitui uma ameaça permanente para o enquadramento institucional e que, por outro lado, proporciona também o critério de legitimação das próprias relações de produção, a cisão de tal racionalidade não pode representar-se adequadamente nem por uma historicização do conceito, nem por um retorno à concepção ortodoxa, nem ainda a partir do modelo do pecado original ou da inocência do progresso técnico-científico (HABERMAS, 2001, p. 54). (grifo nosso)

Nesse sentido, esse avanço de modernização dos meios sociais traz estratégias e regras técnicas bem determinadas, gerando um saber pela sua própria forma, pela sua intenção.

A ciência moderna assume, neste contexto, uma função peculiar. Diferentemente das ciências filosóficas de tipo antigo, as modernas ciências experimentais desenvolvem-se desde a era de Galileu, um marco metodológico de referência que reflete o ponto de vista transcendental da possível disposição técnica (HABERMAS, 2001, p. 66-67).

Nessas discussões, adentramos no universo do pragmatismo para entendermos os pilares e os modelos da Arquivologia. Para Habermas (1987, p. 90), “a medida, porém, que o positivismo dogmatizava a fé das ciências nelas mesmas, ele assume a função proibitiva de blindar a pesquisa contra uma auto-reflexão em termos de teoria do conhecimento”.

Diante disso, o pragmatismo³ assumiu os formatos do empirismo tradicionalista americano. Esse mesmo empirismo tradicional estava hermeticamente direcionado a experiência progressiva das formas de observações passada ou

³ Termo que apareceu no século XIX, liderados por Charles Peirce e William James, esse modelo de Filosofia tem grande aproximação com o positivismo e influenciou os princípios de organização dos documentos na realidade dos arquivos.

presentes. O pragmatismo percebia que essa mesma experiência tinha que ser posta ou pensada em longo prazo, ou seja, para o futuro.

Nesse sentido, essa vertente que tentava se firmar ganhará várias definições e atribuições, principalmente quando relacionada como um método.

O pragmatismo é método para alcançar a clareza das idéias que temos dos objetos. E esse método nos impõe considerar quais efeitos práticos concebíveis essa idéia pode implicar, quais sensações podemos esperar e quais reações podemos esperar e quais reações devemos preparar. Nossa concepção desses efeitos, tanto imediata como remota, é então toda a concepção que temos do objeto, enquanto ela tiver significado positivo. (REALE, 2005, p. 85). (grifo nosso)

Rendilhando sobre a maneira de se organizar e direcionar os arquivos, o pragmatismo traz uma ideia de um método de organização imediato, ou seja, prático. Então, no século XIX com o positivismo, parece-nos que esse pragmatismo se entrelaça às ideologias progressivas e práticas.

Se este método é a única garantia para se adquirir enunciados verdadeiros, tais regras possuem, enquanto determinações de um método, funções correspondentes às condições transcendentais, elas não podem ser deduzidas da constituição da consciência enquanto tal (HABERMAS, 1987, p. 135).

O pragmatismo nascido nos Estados Unidos, é diferente da filosofia hermenêutica de Habermas, Heidegger, Ricouer, que problematizam a essência das interpretações em cadeias bem mais filosóficas.

A filosofia pragmatista e a filosofia hermenêutica situam, de fato, a dúvida quanto às pretensões de fundamentação e autofundamentação do pensamento filosófico a nível mais profundo do que os críticos que se colocam na linhagem de Kant e Hegel. Pois elas abandonam o horizonte no qual se move a filosofia da consciência com seu modelo do conhecimento baseado na percepção e a representação dos objetos. No lugar do sujeito solitário, que se volta para objetos e que, a reflexão, se torna a si mesmo por objeto, entra não somente a idéia de um conhecimento linguisticamente mediatizado e relacionado com o agir, mas também o nexos da prática e da comunicação cotidiana, no qual estão inseridas as operações cognitivas que têm desde a origem um caráter intersubjetivo e ao mesmo tempo cooperativo. Quer esse nexos seja tematizado como forma de vida ou mundo da vida, quer como prática ou como interação linguisticamente mediatizada, quer como jogo de linguagem ou de diálogo, quer como pano de fundo

cultural, tradição ou história dos efeitos, o decisivo é que esses conceitos ocupam agora uma tradição que até aqui estava reservada aos conceitos básicos epistemológicos, sem que devam, todavia funcionar da mesma maneira como antes (HABERMAS, 1989, p. 24-5).

Sendo assim, a prática de ordenação dos documentos se assemelha ao método “imediatista” na estética interna dos arquivos. O pragmatismo está inserido nas aspirações científicas da Arquivologia. Esse pragmatismo anglo-americano propunha tirar o empirismo tradicional⁴ do descrédito enquanto um modelo de investigação, a intenção era dá veste comprobatória através do progresso científico. Diante disso, Rousseau e Couture (1998, p. 41) afirmam que “a Revolução Francesa teve um grande impacto nos arquivos. No que respeita aos locais de armazenamento, a principal inovação é sobretudo de ordem ideológica e exprime-se pelo desejo de centralização dos documentos”.

Com isso alguns arquivistas da época perceberam que poderiam colocar a Arquivologia como um “campo científico” respaldado pelo progresso científico do pragmatismo, o saber-fazer.

Aquando da Revolução Francesa, a primeira assembléia elegeu Armand Gaston Camus, deputado de Paris, arquivista dos Archives nationales de France com a responsabilidade de conservar os arquivos da assembléia. A revolução reconhecia assim, de maneira oficial, que a conservação e o testemunho dos seus actos e a sua acessibilidade constituíam uma parte importante da missão de um governo, e confiava essa responsabilidade a um dos deputados. Alguns anos mais tarde, um funcionário ocupará este cargo. Contudo, o impulso foi dado e, doravante, a França terá sempre o seu arquivista nacional (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 44).

A expansão dos ideais da Revolução Francesa e as formas pragmatistas tiveram um reflexo nos preceitos da Arquivologia e no seus princípios norteadores como o da proveniência e o da ordem original (fundo).

⁴ Medeiros (2008, p.84) afirma que “o empirismo, por sua vez, foi a orientação filosófica que reiterou a supremacia da “experiência” sensível das coisas e procurou ligar, persistentemente, o saber à experiência vivida.

As classificações adotadas para organização dos arquivos, em conseqüências das concentrações em massa e de concepções teóricas racionalistas (sistema que passou a vigorar em variados países, por influência francesa), na prática, não contribuíram para qualquer aperfeiçoamento arquivístico; pelo contrário, levaram à adulteração dos arquivos, pois não respeitaram a organicidade original, que espelhava uma prática administrativa com as suas características próprias (SILVA et al., 2009, p. 104).

Esse pragmatismo e empirismo trazem a prática do saber-fazer na Arquivologia e não pode condicionar um campo como científico. A arquivologia não pode ainda ser pensada como ciência porque está coadunada aos modelos do progresso científico do pragmatismo, ou seja, às instrumentalizações e operacionalizações nas organizações internas dos documentos nos arquivos. Essas ações são expressamente práticas, isto é, os fundamentos de organização, os princípios da proveniência e de respeito aos fundos não podem ser considerados como alicerce científico da Arquivologia, uma vez que se vinculam diretamente aos procedimentos administrativos de forma acentuadamente tecnicistas.

Rosseau e Couture apontam (1998, p. 52):

Há em arquivística três princípios que constituem o fundamento da disciplina. Trata-se do princípio da territorialidade, do princípio do respeito pelos fundos ou princípios da proveniência e da abordagem das três idades. Utilizados desde o final do século XIX e, sobretudo no século XX, constituem a própria base da arquivística moderna.

Esses princípios influenciaram também a Arquivologia brasileira principalmente no que se refere aos processos instrumentais da Gestão de Documentos⁵, e na relação interna dos arquivos, ou seja, o saber-fazer, a prática de organização dos documentos que está associada ao empirismo. Sendo assim, a abordagem das três idades veio em larga escala confirmar os modelos práticos e técnicos nos arquivos.

⁵ A gestão documental vem identificar os tipos documentais produzidos, recebidos e acumulados, definindo os prazos de eliminação ou de preservação ao arquivo permanente.

A distinção criada entre várias fases da vida dos documentos, fazendo corresponder **tipos diferentes de arquivos** a cada uma delas, alertou para a existência de um processo contínuo, mas não trouxe qualquer contributo metodológico ou teórico para o desenvolvimento da Arquivística. Os arquivos intermédios ou pré-arquivos começaram a ser depósitos centrais das administrações, mas vieram a tornar-se arquivos mistos (intermédios e históricos), pois o envelhecimento da documentação e os limites da política concentracionista **bloquearam necessariamente o modelo previsto**. Os arquivos intermédios acabaram por constituir instrumentos de desarticulação da cadeia documental na sua natura evolução (SILVA et al., 2009, p.136). (grifo nosso)

Partindo das afirmações dos autores entendemos que as etapas de vida documental, os instrumentos de pesquisa e os modelos de organização interna dos arquivos caracterizam um processo operacionalizador de guarda dos documentos. Ainda a partir desse ideia apresentada percebemos através do processo de interpretação (hermenêutica), que a Arquivologia relaciona-se com a administração totalmente, tanto na produção e na guarda dos documentos nesses espaços.

Assim para Rosseau e Couture (1998, p. 53):

Os princípios arquivísticos são, pois, muito recentes. Eles mostram o desenvolvimento inequívoco da disciplina que tinha necessidade de assentar as suas práticas em bases mais teóricas. Por sua vez, estes princípios serviram para alimentar o refinamento dos métodos e favoreceram a estruturação deles.

Essa afirmação veio confirmar que, em certa medida, os meios funcionalistas e tecnicistas pareciam fazer presentes em alguns princípios da Arquivologia como o das três idades do arquivo, por exemplo.

Com o agravar da situação, após a Segunda Guerra Mundial, generalizou-se o apodítico principio das três idades do arquivo, que pode ter tido origem em Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação dos documentos. Se é certo que esta pretensa teoria parece apontar para uma cadeia relativamente ininterrupta no ciclo de vida dos documentos, a verdade é que gerou um efeito perverso, ao levar à criação de serviços e de depósitos, a maior parte das vezes desarticuladas entre si, provocando, assim, distorções *contranaturam* em unidades sistêmicas que, desde há milênios, possuíam uma sólida coerência interna (SILVA et al., 2009, p. 207). (grifo nosso)

Essa forma pragmatista de organização documental e os procedimentos funcionais administrativos em larga escala provocaram um grande efeito no que concerne à Arquivologia, já que as três idades dos arquivos vêm de forma hermética apresentar um ciclo que se torna perigoso, pois os arquivos correntes, os arquivos intermediários e os arquivos permanentes colocam a Arquivologia condicionada a aspectos descritivos e extremamente práticos na realidade interna dos arquivos. Silva et al. (2009), já questionavam essa realidade tridimensional de ciclo vital, que acarretava sérios prejuízos para a própria Arquivologia, haja vista que nessa circularidade vital o interesse era beneficiar apenas as instituições.

A chamada teoria das três idades, encarada de uma forma simplista, passou a acarretar um risco, que foi o de se confundir um mero *estrategema* operativo com um princípio que consagra e, para muitos, passou a justificar a separação efetiva do que não é estruturalmente divisível. Ao ser elevada ao estatuto de teoria, a invocação das várias idades arquivísticas pode induzir que se está a falar não apenas de fases etárias de uma entidade, mas sim entidades distintas, cuja distância temporal lhes confere conteúdos diversos e determina a metodologias próprias. Daí decorre que o objeto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas (SILVA et al., 2009, p. 155). (grifo nosso)

Daí decorre a necessidade de discutir uma forma mais interessante a respeito das atividades da Arquivologia e seus possíveis moldes, diagnosticando e procurando seu teor científico.

A questão de saber se a arquivística era uma técnica ou uma ciência, se não ia além de um mero catálogo de práticas com alguma doutrina feita ou se, pelo contrário, estava já dotada de princípios e teorias para a caracterizar como ciência, estava com sua intervenção a ilustrar de forma clara o impasse epistemológico que tem prevalecido na arquivística (SILVA et al., 2009, p.230).

Diante o exposto, apontamos que esse impasse epistemológico que a Arquivologia sofreu ao longo do tempo está diretamente relacionado a esse passado marcado por esses eventos (correntes), como o pragmatismo, o funcionalismo, o empirismo e o próprio positivismo. Então, essas epistemologias serão alcançadas quando de fato a Arquivologia se desprender dessa realidade, mas, para que isso

torne realidade o arquivista deve também chamar a responsabilidade e ser um questionador do seu próprio campo de atuação.

4.4 CIÊNCIAS EMPÍRICAS E CIÊNCIAS HISTÓRICO-HERMENÊUTICAS: CRÍTICAS DE JÜRGEN HABERMAS

Adentrando nessa realidade epistemológica buscamos entender o significado das ciências empíricas que se interessa por um conhecimento mais técnico, e de outro lado as histórico-hermenêuticas intervêm como interesse prático do conhecimento.

A hermenêutica vem compreender as interpretações das fontes escritas em diferentes épocas e lugares, trazendo um teor de análise crítica.

A partir do século XIX, alguns teóricos alemães da chamada Escola Histórica estenderam a idéia de compreensão para o domínio da história: a hermenêutica passou a designar o método da interpretação dos produtos históricos, tornando-se, assim, um método relativo ao que hoje se conhece por ciências sociais. Esta fase da hermenêutica é normalmente conhecida como hermenêutica romântica, pelas relações estreitas da Escola Histórica com o romantismo alemão. Já no século XX, a hermenêutica assume um caráter mais filosófico, no sentido de que compreender e interpretar não deve ser considerado apenas como empreendimento metodológico, e portanto relativo à ciência, mas como algo que diz respeito ao todo da experiência dos seres humanos no mundo, experiência esta que tem na linguagem uma dimensão fundamental (HAMLIN, 1999, p. 1).

Essa dimensão das interpretações hermenêuticas está também direcionada com aquela racionalidade, em que, o homem consciente de si mesmo traduz toda sua experiência enquanto sujeito comunicativo. As ciências sociais irão demarcar as subjetividades singulares, as relações traduzidas também através da linguagem, da comunicação.

Nas ciências humanas sociais, encontra a frente o desafio de não decretar uma verdade como certeza, mas alarga os limites da compreensão para que a experiência da verdade não se resuma à aplicação metódica das ciências empírico-analíticas, visto que o caráter interpretativo do método hermenêutico reconhece a interpretação como decorrente do componente histórico em que o sujeito (agente) e o objeto fenômeno se situam (MEDEIROS, 2008, p.67).

Para Medeiros (2008) as relações sociais são demarcadas por complexidade, por objetos diferenciados, ou seja, por buscas múltiplas.

No processo da vida real, desejos, sentimentos e pensamentos são apenas aspectos diferentes. As questões que devemos direcionar para a filosofia não podem ser respondidas através da afirmação de um *a priori* epistemológico rígido, mas apenas através do desenvolvimento de um procedimento histórico fundamentado na totalidade de nosso ser (DILTHEY, 1989, p. 51).

A grande ênfase é perceber que as ciências histórico-hermenêuticas não buscam somente a objetivação dos fenômenos interpretativos da realidade, mas, as metodologias baseadas nos significados, nas circunstâncias e nos processos que têm um possível significado para o mundo.

A hermenêutica permanece a arte de discernir o discurso na obra. Mas esse discurso não se dá alhures: ele se verifica nas estruturas da obra e por elas. Conseqüentemente, a interpretação é a réplica desse distanciamento fundamental constituído pela objetivação do homem em suas obras de discurso, comparáveis à sua objetivação nos produtos de seu trabalho e de sua arte (RICOEUR, 1990, p.52).

O importante da hermenêutica é sua contribuição para a discussão em diferentes campos das Ciências Humanas.

Na Filosofia e nas ciências humanas, o modo da interrogação é determinado exatamente por aquilo que se quer saber e não pelos recursos técnico-operacionais que se possa pôr em prática. O fundamento do método fenomenológico está dado, sobretudo, por aquilo que se busca compreender. Querer saber o que é e como é algo são os dois elementos que estão na base de uma investigação, e podem ser traduzidos num só, a saber: a pergunta pelo ser de algo, do que está em questão. O ser de algo é sempre composto pelo o que algo é e como ele é (STEIN, 1996, p. 46).

Diante disso, é perceptível compreender que a hermenêutica não deixará seu viés de crítica e de análise. Então, a crítica perpassa por uma visão comunicativa de Habermas. Com isso, a hermenêutica ligará também as ideologias, aos modelos, as práxis sociais. Assim, a Arquivologia compreende uma técnica do saber-fazer, necessitando de recursos técnico-operacionais na organização interna dos arquivos.

Sendo assim, a hermenêutica tece uma objetividade nos seus atos interpretativos e na maneira de entender as complexidades dos fenômenos.

A compreensão hermenêutica tem de acordo com sua estrutura, o objetivo de assegurar no seio das tradições culturais, uma autoconcepção dos indivíduos e dos grupos, susceptível de orientar a ação e o entendimento recíproco de diferentes grupos e indivíduos. Ela possibilita a forma de um consenso espontâneo e o tipo da intersubjetividade indireta; dela depende a atividade pertinente a comunicação (HABERMAS, 1987. p. 186).

Diante desse quadro, tornar-se necessário entender os processos que formam o sujeito enquanto tal, com suas características peculiares e complexas. A hermenêutica tem essa função e direcionamento de interpretar às conjunturas de diferentes grupos.

A compreensão hermenêutica pode alcançar a objetividade, na medida em que o sujeito que compreende, através da apropriação comunicativa das objetivações alheias, a se perceber a si mesmo em seu próprio processo formativo. Uma interpretação não pode atingir e perpassar um objeto senão na proporção em que o intérprete reflete o objeto e, ao mesmo tempo, a si mesmo, como momento de um conjunto objetivo que abarca e constitui tanto um quanto o outro (HABERMAS, 1987, 191).

Com efeito, entendemos a compreensão a partir da idéia do autor como algo que está relacionado com as experiências, com os históricos do processo comunicativo, e na objetividade que também está relacionada com o conhecimento.

O modo aparentemente circular do proceder (hermenêutico), o qual consiste em explicar as partes à luz de uma compreensão antecipada e difusa do todo e, inversamente, em explanar o todo à luz das partes paulatinamente precisadas, pode ser satisfatório para interpretar certas manifestações vitais e a história de certas evoluções concretas: a hermenêutica é a base das ciências históricas do espírito (HABERMAS, 1987, p. 194).

Desse modo, entender as configurações da hermenêutica é buscar um entendimento dessas questões que são vinculadas com a Arquivologia, é tentar interpretar seus princípios e fundamentos. Segundo Habermas (1987, p. 186), “as ciências hermenêuticas estão embutidas nas interações mediatizadas pela

linguagem ordinária, da mesma maneira como as ciências empírico-analíticas estão inseridas no setor da atividade instrumental”.

Com isso, enalteçamos a afirmação de Habermas acerca das ciências empírico-analíticas, uma vez que, estão muito relacionadas com a Arquivologia nos seus processos descritivos de classificação dos documentos a exemplo as três idades do arquivo.

Enquanto os métodos empírico-analíticos tentam liberar e apreender a realidade sob o ponto de vista transcendental de uma disponibilidade técnica, os modos de proceder da hermenêutica procuram assegurar a intersubjetividade da compreensão das formas correntes da comunicação e garantir uma ação sob normas que sejam universais. A compreensão hermenêutica tem, de acordo com sua estrutura, o objetivo de assegurar, no seio das tradições culturais, uma autoconcepção dos indivíduos e dos grupos, susceptível de orientar a ação e o entendimento recíproco de diferentes grupos e indivíduos. Ela possibilita a forma de um consenso espontâneo e o tipo da intersubjetividade indireta; dela depende a atividade pertinente à comunicação (HABERMAS, 1987, p. 186).

O método interpretativo tem que ter seu efeito no universo da Arquivologia, entender um conteúdo documental não é apenas aflorar seus meios comprobatórios, testemunhais e diplomáticos.

A hermenêutica renuncia à pretensão de verdade absoluta e anuncia nossa presença nas circunstâncias discursivas, dialógicas, comunicativas, inaugurando uma diversidade de possibilidades interpretativas. O processo de conhecer não corrobora mais as velhas querelas entre sujeito-objeto, pois a hermenêutica recupera a posição da intersubjetividade (MEDEIROS, 2008, p. 77).

Diante o exposto, procuramos compreender a dimensão técnica e instrumental da Arquivologia, entender a sua não emancipação como campo do conhecimento independente, mostrando seus laços e suas próprias necessidades de se afirmar.

5 ARQUIVOLOGIA: um diálogo entre o clássico e o contemporâneo

A Arquivologia no seu advento estava atrelada ao surgimento de algo que tornou inovador e essencial na humanidade, que foi o registro, representado pela própria manifestação do homem através da escrita.

A rigor, essa forma de registrar e de se comunicar ao longo dos tempos propiciou mudanças na Arquivologia e nos arquivos.

A origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana. E não é por acaso que o nosso conhecimento sobre a existência de arquivos remonta, precisamente, as antigas civilizações do Médio Oriente, em locais referenciados como berço da escrita. (SILVA, et al., 2009, p. 45).

Silva et al. (2009), entendem que os povos sempre manifestaram interesse de comunicação, através da fala e dos signos ancorados em suportes, reunindo e organizando as informações. Toda essa necessidade traz também consigo um meio prático de intervenção. Assim para, Silva et al. (2009, p. 45), “a origem de acervos documentais radica uma motivação de índole pragmática. Daí que a constituição dos primeiros arquivos tenha obedecido a uma fórmula intuitiva, alheia a qualquer vertente técnica ou conceptual”. A rigor, entendemos que os arquivos estavam totalmente voltado para as instituições que produzia documentos.

Nesse sentido, entender o clássico na Arquivologia é tramitar nas temporalidades e cronologias da História, procurando e evidenciando as diferentes maneiras de registrar.

O rei Hammourabi mandou inventariar o arquivo do palácio e terá levado consigo a correspondência internacional, para depois a usar como instrumento do seu próprio jogo diplomático. Os arquivos não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes as placas de argila. Eles constituíam já um complexo sistema de informação. Para além, dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério seletivo de preservação e a disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor da sua integração sistêmica. O papel instrumental dos arquivos e a necessidade do conhecimento da sua estrutura estão bem patentes na atitude de Hammourabi (SILVA et al., 2009, p.48). (grifo nosso)

Enfatizando a afirmação do autor nessa cronologia, já existiam modelos de organização dos documentos, e a própria variação documental. Os arquivos na Antiguidade exerciam funções bem determinadas e pragmáticas.

Em suma estamos perante uma estrutura sistêmica, cujo o objeto e cuja *práxis* assentam já em princípios intuitivamente assumidos. Embora de origem pragmática e precisamente por esse motivo, eles virão a tornar-se de aplicação universal, chegando aos nossos dias configurados em normas de organização e arquivos. (SILVA, et al., 2009, p. 52).

Diante disso, a tradição clássica está embrionariamente ligada às unidades administrativas, e essas estruturas atualmente parecem que fazem presente no cotidiano da Arquivologia. Segundo, Rousseau e Couture (1998, p. 32), “ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para a sua utilização futura”.

Nesse sentido, é necessário visualizar que os documentos na grande maioria tinham seu advento de produção e conservação para atender as necessidades da própria administração e das pessoas. As práticas de organização estavam presentes desde os tempos remotos das civilizações antigas.

Nos séculos XVII e XVIII, intensificou-se a procura dos arquivos, em função do chamado valor secundário da documentação. O impacto desse movimento vai fazer-se sentir em duas direções, de sentido contrário, no que respeita ao desenvolvimento da realidade arquivística. Por um lado, ele encontra-se em oposição à tendência redutora do conceito estreitamente jurídico e administrativo dos arquivos, pressionando assim a abertura destes a outro tipo de funções. A descoberta da sua múltipla riqueza informativa levará também, nesta época, a um amplo movimento de elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, reportórios, índices, etc. (SILVA et al., 2009, p. 95).

Isso nos mostra que a Arquivologia clássica influenciou profundamente os princípios e fundamentos, haja vista que a Arquivologia custodial tem grande aproximação com a administração, ou seja, com as instituições.

As diversas funções atribuídas aos arquivos, os tipos de documentos produzidos, os suportes que servem para registrar a informação e os locais de conservação constituem outros tantos aspectos que favorecem o conhecimento e mediram o grau de integração na vida administrativa das diferentes épocas. Ao longo dos anos, a proliferação das instituições, a massa de informação e de documentos produzidos sob forma de documentos administrativos e o interesse por outros tipos de arquivo para além dos arquivos governamentais (os arquivos privados, os arquivos econômicos, os arquivos de igrejas, os arquivos sociais) trouxeram uma produção acrescida de informações e uma maior utilização da informação (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 42).

Nessas conjunturas, o método custodial de organização de documentos centraliza na administração, no documento em si, então, não percebia o teor informacional que aquele documento poderia oferecer, servindo em grande parte para a pesquisa, através da ligação com a História. No entanto, é de se pensar que a Arquivologia custodial trouxe um corte epistemológico profundo, haja vista que era tida como auxiliar da História e de outras áreas do conhecimento.

O manual dos Holandeses Muller , Feith e Fruin (1898), ou o manual of Archive administration de de Hilary Jenkinson (1992), abriram espaço a uma profissão autônoma da História e, de certa maneira, introduziram um corte epistêmico na Arquivologia custodial, trazendo a importância do fluxo administrativo corrente , que precisava ser cuidado, e não o era nem pela História, nem por uma disciplina dela subsidiária (SILVA, 2011).

Desse modo, Silva (2011)⁶, chama-nos atenção para entender esse fluído da Arquivologia clássica custodial, e perceber que ao longo do tempo a custodialidade teve seu grau de importância para a Arquivologia, procurando romper com outras disciplinas. Fonseca (2005, p. 55), também argumenta sobre o objeto da Arquivologia clássica, ao qual “era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo custodiado por uma instituição arquivística”. A autora vem reforçar sobre os argumentos que aqui foram discutidos acerca dessa custodialidade.

⁶Palestra proferida pelo professor Armando Malheiro no XV Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia realizado em 2011 na Universidade Estadual da Paraíba, as citações feitas foram retiradas da fala do autor através de slides.

Já no final do século XX, a partir do avanço tecnológico começa a ser pensada o que se vinculou nomear de *Arquivologia pós-custodial*, que propõe uma nova roupagem nas práticas do saber-fazer da Arquivologia. Segundo Silva (2011), “o deslocamento de objeto e alteração metodológica configurariam a Arquivologia pós-custodial e pós-moderna nascida no Canadá na década de noventa, final do século XX”. Nessa mesma linha de pensamento, essas mudanças emergentes trouxeram diferentes perspectivas na maneira de pensar sobre Arquivologia, ou seja, a partir da abordagem “pós-moderna” ou “pós-custodial”.

Conforme afirma Terry Cook (1997 p. 15-16):

O pós-moderno desconfia da idéia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Os pós-modernistas procuram desnaturalizar o que presumimos natural. Os pós-modernistas toma tais fenômenos naturais, seja o patriarcalismo, o capitalismo, a religião ou, poderia eu acrescentar, a ciência arquivística tradicional, e afirma que são “antinaturais” ou “culturais” ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça e etc..

Então, essa mudança de paradigma também mudaria o rumo e intencionalidade da Arquivologia, que na fase custodial seria o documento em si, no entanto, agora é a informação arquivística. Para Silva et al. (2009, p. 203) “os grandes tratados de arquivística incidem, regra geral, em questões de natureza prática e raramente descem à pesquisa sobre a essência da disciplina e as causas da sua presença no campo das Ciências da Informação”. (grifo nosso). Assim, a Ciência da Informação tem como característica.

A ciência da Informação vem com o propósito de condensar os estudos científicos sobre a informação, assim como contribuir para aprimorar disciplinas como a documentação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Gestão da Informação em tratos específicos com a informação e os documentos, de acordo com as necessidades científicas,

disciplinares, profissionais e cotidianas de cada região, país ou continente (CARVALHO, 2011, p. 62).

Silva et al. (2009), são enfáticos ao afirmarem que há uma carência nos moldes de se pensar o lugar da Arquivologia, e isso decorre, pela natureza operacionalizadora e prática nos arquivos e pela falta de pesquisa. Segundo Silva et al. (2009, p. 203), “isto tem levado alguns autores a duvidar da possibilidade de se encontrar bases científicas para o saber arquivístico” (grifo nosso). É necessário que apareça a pesquisa, e as próprias problematizações acerca do universo metodológico da Arquivologia.

A par dos progressos da arquivística descritiva, dentre os quais merece destaque o contributo promovido pelo conselho internacional de arquivo no campo da normalização, temos assistido, nos últimos anos, ao aparecimento de artigos avulsos em revistas especializadas, os quais elegem como tema a formulação de um corpo teórico animado por novas bases científicas e que ousam delinear, ainda muito vagamente, os contornos de um saber arquivístico situado numa zona fluída, a que alguns autores chamaram era post-custodial (SILVA et al., 2009, p. 208).

Podemos, pois, pensar que os avanços da tecnologia afetaram a Arquivologia nos seus princípios básicos como o suporte, que passa abarcar outras mídias relacionadas com as tecnologias. Silva et al. (2009), debatem esse termo pós-custodial de forma bem acentuada no campo da Arquivologia. Segundo Silva (2011), “e é no âmbito deste paradigma emergente que a Arquivologia pós-custodial surge e busca afirmar-se, ainda que se nos afigure difusa, sendo mais um ponto de partida”.

Entendemos que quando o autor traz esse pano de fundo emergente, tenta explicar de forma indireta os termos referentes às supostas “ciências pós-modernas” e sua relação com a Arquivologia pós-custodial principalmente tecendo críticas às análises de Terry Cook. Silva (2011) novamente torna-se enfático ao afirmar que “uma nova pauta de reflexões lançada pela Arquivologia pós-custodial não leva, só por si, ao fortalecimento como campo disciplinar autônomo e independente”.

Para o autor, essa demanda acrescida pelos aparatos analógicos se interessa não apenas pelo documento em si, porém, esse olhar multidimensional dessa nova

realidade tem que ser discutido. Então, essa discussão é bastante problematizada na Arquivologia contemporânea, porém, mesmo com essa nova maneira de abordagem, o sentido autônomo e independente da Arquivologia não é refletido, ainda continuam os mesmos, ou seja, com aquela velha querela do pragmatismo, o que muda agora é só o local em que a informação está registrada. Conforme Silva (2011):

Essa nova Arquivologia deixava de analisar as propriedades e características dos documentos individualizados para analisar as funções, os processos e as transações que geram criação de documentos e séries. A par disto, urgia a reformulação de conceitos e de princípios arquivísticos por causa da presença do eletrônico.

De certo modo, essa nova nuance debatida de forma coesa por Silva (2011), fez-nos pensar nos princípios norteadores da Arquivologia, como proveniência, fundo, arranjo, por exemplo, entrelaçando-se nessa nova dimensão.

Princípio da Proveniência, ordem original, registro de documento, fundo (não traduz mais a realidade estática, mas a realidade dinâmica formada pelos documentos eletrônicos, arranjo, descrição, avaliação e (macro-avaliações das funções), preservação (emulação e transferência de software) e arquivo (SILVA, 2011).

Nesse sentido, Silva (2011), faz duras críticas aos ideais de Terry Cook, em que este não teria relacionado a Arquivologia com a Ciência da Informação. Com isso Silva (2011), quer se afastar dessa conjuntura pós-custodial e remete a uma transdisciplinaridade.

Ser pós-custodial difere da condição de disciplina pós-moderna. Para ser pós-custodial a Arquivologia teria de transitar de paradigma, evoluir do custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, formatado ao longo de quase dois séculos (XIX e XX, para um paradigma novo e emergente em que, entre outros aspectos, haveria a mudança ou ampliação do objeto e a busca de um método científico, não meramente técnico ou eivado do senso comum (SILVA, 2011). (grifo nosso)

Entendermos melhor tudo isso, faz-se necessário analisar os próprios princípios da Arquivologia, analisando se de fato mesmo com a mudança de

paradigma, as implicações das tecnologias, e a suposta ligação com a “pós-modernidade⁷”, a Arquivologia ostentaria um método científico e não técnico nos seus formatos.

Assim sendo, essa evolução como Silva (2011), mostra um certo receio sobre a pós-custodialidade de certa forma, traz consigo esse apelo do novo, do diferente e do “pós-moderno”, o autor de forma clara e objetiva diz que são coisas extremamente distintas. Segundo Lyotard (1998, p. 15), “a pós-modernidade designa o estado de cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”.

É pertinente ressaltar que relacionar a Arquivologia contemporânea como “pós-moderna” acarreta um risco eminente, visto que o campo ainda absorve muito a custodialidade, e além disso, o próprio termo “pós-moderno” é colocado de forma genérica de pós-custodialidade.

Silva (2011), vem confirmar o exposto quando questiona a pós-modernidade canadense.

Sendo pós-modernista ela se subjectiviza e fica ao serviço das boas causas, valorizando, por exemplo, no processo de avaliação, as funções sociais do criador dos documentos, programas e atividades, sendo escolhidos os documentos que melhor sintetizam e espalham essas funções. (grifo nosso)

Isso significa que para Silva (2011), a pós-custodialidade poderia ser pensada de forma coesa, se representasse um ganho de forma claro em termos de cientificidade. Ele nos indaga como pensar nessa pós-custodialidade, se a Arquivologia ainda se atrela à forma custodial de manutenção e preservação dos documentos, além disso, questiona a quem iria interessar esse modelo.

A proposta de transdisciplinaridade de Silva (2011), traria para a arquivística o perfil da pesquisa, distanciando-se da querela e fragmentação das três idades do arquivo, se tornando um profissional da informação.

⁷ Entendemos que a pós-modernidade quis uma ruptura drástica com a modernidade, trazendo consigo mudanças na forma de se pensar a Ciência.

Colocando-se a ênfase mais na informação que nos aspectos físicos e estáticos dos documentos, e se tivermos em conta que um indivíduo agrega, naturalmente, junto de si diferentes tipos de suporte e de informação, não é ousado admitir que as relações da Arquivologia e a Biblioteconomia, a Documentação, a Information Science e até a Museologia ultrapassam a interdisciplinaridade e inscrevem-se claramente em nível transdisciplinar (SILVA, 2011).

Contudo, trazer essa dicotomia clássico/contemporâneo é de certo modo procurar entender as características e peculiaridades da Arquivologia, que no Brasil está muito presa à herança custodial, administrativa. É necessário que as universidades formem pesquisadores, e não apenas “interpretes de modelos práticos” já existentes.

5.1 O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA

Adentrando nesse universo prático e descritivo, alguns conceitos e princípios foram criados para tentar tirar a Arquivologia do senso comum. Sendo assim, a evolução da Arquivologia no que diz respeito aos seus fundamentos mais específicos, trouxeram uma ideia basilar de uma teoria, ou seja, de modelos que seriam a edificação de uma estrutura ou método científico da Arquivologia, aparecendo como base. Segundo Bellotto (apud FUNARI, 2006, p. 130) “o princípio da proveniência constitui a pedra angular da ciência arquivística, na medida em que essa proveniência define a posição do documento no seu fundo”.

Na contramão desse entendimento defendemos que essa “pedra angular da ciência arquivística”, ou seja, o princípio da proveniência não pode ser diagnosticado como base teórica, uma vez que, como não foi pensado para beneficiar a Arquivologia e sua essencialidade enquanto campo do conhecimento científico, e sim as instituições administrativas. Além do mais, seria complicado afirmar que esse princípio seria o precursor de uma ciência, primeiro por que, o que vai caracterizar uma ciência é a sua maneira de lidar com os problemas e de solucioná-los de forma enfática dentro e fora de seu campo de atuação, então, o princípio da proveniência

se apresenta mais como um modelo que separa “criador e criatura”, ou seja, quem gera o documento.

Bellotto apud Funari (2006), são enfáticos ao afirmar e relacionar a Arquivologia como uma ciência, porém, não podemos comungar de tais afirmações, pois a Arquivologia ainda necessita de metodologias e objetos de investigação. Para que isso aconteça de fato, teria que sair do *rol* de dependência administrativa e pragmatistas que ao longo de sua história está atrelada. Para Silva et al. (2009, p. 231), “sem uma terminologia de arquivo perfeitamente estruturada e sistematizada não é possível caminhar com segurança para uma arquivística com sentido verdadeiramente científico”. Então, pensar nesse princípio como o caminho à cientificidade da Arquivologia é, no mínimo, contraditório e complexo.

Para Rosseau e Couture (1998, p. 52):

O princípio consiste em deixar agrupados, sem misturar com outros, os arquivos, provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou moral. O conteúdo de uma circular que promulga que daí em diante os documentos que provenham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo deverão ser agrupados e não misturados com aqueles que apenas dizem respeito a um corpo de ou uma família.

Esse método logrou o aval em muitos países, visto que, o processo organizativo da documentação administrativa ganharia a utilização desse princípio como critério de ordem interna, com a premissa de separar e não misturar os documentos. Segundo Fonseca (apud POZUELO, 2005, p. 42) “a formulação do princípio da proveniência não é resultado de um único momento, nem acontece num único lugar”.

Então, o princípio da proveniência atravessou as barreiras de territorialidades, aplicando-se às instituições, e os arquivísticas de países como a França começou a utilizá-lo. Nesse sentido, Fonseca (2005, p. 43) argumenta:

Assim se estabelece o princípio da proveniência, que até hoje representa, apesar de algumas releituras, o paradigma da disciplina arquivística. Criam-se daí, princípios de classificação e organização próprios para os acervos

arquivísticos, subordinados àquelas características inerentes aos conjuntos arquivísticos, especialmente as que se referem à organicidade e à totalidade.

Presumimos que o princípio da proveniência quando foi criado, teria que ser aplicado nas instituições que geravam os documentos, assim, esse princípio ficaria muito preso aos preceitos administrativos.

Conforme Rosseau e Couture (1998, p. 82):

O princípio da proveniência, que comporta duas vertentes, define-se como; o princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser conservados segundo a **ordem primitiva**, caso exista, ou o princípio segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo donde provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem. Tanto de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência garante, por um lado, a **ordem estreitamente administrativa** que preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro, o valor de testemunho que alguns deles têm. (grifo nosso)

Rosseau e Couture (1998) estabelecem variações de graus a respeito do princípio da proveniência, explicando os procedimentos adquiridos com os fundos.

No seu primeiro grau, o da proveniência leva-nos a considerar o fundo de arquivo como uma entidade distinta. Assim, é aplicado ao primeiro grau o princípio da proveniência quando se deixam juntos ou quando se agrupam, se tiverem sido dispersos, todos os documentos de arquivo como plano do seu valor secundário. No segundo grau, o da proveniência exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso, a ordem primitiva dos documentos activos e semiactivos, esta proposta parece perfeitamente natural desde que tenha sido modificada por qualquer razão. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 83).

Conduz que o princípio da proveniência aparece como aquele que direccionou a prática organizativa da Arquivologia, essa ideia de separar quem produziu nos condiz a entender sobre os processos técnicos e instrumentais que ainda são adotados, não apenas na Arquivologia brasileira, porém, de um modo mais amplo.

A aplicação do princípio da proveniência maximiza o processo de gestão dos arquivos. Para cada uma das funções arquivísticas, o princípio da proveniência fornece grandes eixos, um quadro geral de intervenção baseado nas características e nas atividades da pessoa moral ou física a que se refere. Além disso, o princípio da proveniência permite aplicar o princípio de universalidade, tão caro aos arquivísticos e que tem a sua aplicação prática naquilo a que se decidiu chamar a noção do geral ao particular. A aplicação do princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, levam igualmente o profissional da arquivística a considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos à peça. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Não podemos desconsiderar a importância do princípio da proveniência na Arquivologia, porém, esse mesmo princípio não pode assumir-se como fundamento científico Arquivologia, uma vez que só deu ênfase aos meios instrumentalistas nos processos de organização de documentos nos arquivos. Assim sendo, o princípio da proveniência criado pelo historiador Natalis Wailly traria autonomia e independência à Arquivologia como científica? Entendemos que não, pois ocorre exatamente o contrário tornando a Arquivologia mais atada ainda aos procedimentos administrativos. Com isso, pensar em uma base teórica da Arquivologia através desse princípio, só vai colocá-la ainda mais nas formas operacionalizadora e funcionalista na organização documental administrativa.

5.2 O PRINCÍPIO DE ORDEM ORIGINAL OU INTERNA

Assim como o princípio da proveniência, o da ordem interna ou original também é considerado o aparo teórico da Arquivologia. Esse princípio que teve seu advento a partir das contribuições dos arquivistas holandeses em 1898.

O princípio foi rapidamente adotado por variados países da Europa, consagrando-se o conceito através do termo *fundo*. O princípio de respeito pelos fundos, tem sido considerado como o fundamento essencial da arquivística, em contraposição à ordenação por assuntos defendida no tempo dos iluministas (SILVA et al., 2009, p. 107).

Percebemos, que Silva et al. (2009), enfatizam que esse termo logrou e avançou juntamente com o da proveniência e logo foram aceitos pela comunidade

arquivística após Revolução Francesa. Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 92), “o fundo de arquivo que tem sua origem na aplicação do princípio da proveniência é uma pedra de toque da prática arquivística”. Com efeito, esses dois princípios aparecem na literatura da área como sendo aporte teórico da Arquivologia, então, conhecendo os fundos temos.

Para Michel Duchein⁸ (1977), “o respeito dos fundos é tradicionalmente considerado, desde a segunda metade do século XIX, como o princípio fundamental do arquivo. É pela sua prática que o arquivista se distingue nitidamente por um lado do bibliotecário e do documentalista do outro”.

Percebemos que através da separação por fundos ocorreria uma uniformidade, em que o arquivista iria ter seu próprio viés, seu direcionamento.

O valor teórico de tal princípio, como o demais interesse prático para a classificação dos arquivos, foram logo reconhecidos pelos arquivistas e pelos historiadores da maioria dos países europeus, esperando atingir mais tarde os Estados Unidos da América princípios do século XX (DUCHEIN, 1977).

Em suma, na medida em que esse conceito avançava, assim como o de proveniência, assim esses princípios seriam o que faltava para propiciar a base teórica que a Arquivologia ainda necessitava. Diante disso, Duchein (1977) traz uma definição de fundo:

O fundo é constituído pelo conjunto dos documentos produzidos pelo trabalho de qualquer organismo, o fundo dum organismo que sofreu sucessivamente adições, supressões e transferências de competência possuirá documentos refletindo todas estas variações, dificultando a reconstrução pelos pesquisadores, da continuidade administrativa ou até mesmo, pelo surgimento cronológico e lógico dos trabalhos.

⁸ Estamos utilizando o texto de Michel Duchein que é pra muitos um clássico da Arquivologia, através de uma tradução feita pelo professor Dr. Josemar Henrique, docente titular da Universidade Estadual da Paraíba, no curso de Arquivologia. Por se tratar de um clássico Duchein 1977 as referências e traduções ainda são muito poucas, colocaremos na parte bibliográfica a citação original do texto. E o texto que utilizamos não está paginado.

Desse modo, fica complicado afirmarmos que esses princípios dariam autonomia epistemológica a Arquivologia. Além disso, esse princípio pensado pelos holandeses também visava atender as demandas organizativas das instituições.

Em suma Duchein (1977), apresenta alguns critérios de definição e produção do fundo de arquivo:

Para produzir um fonds d'archives no sentido que o arquivista da a este termo (quer isto dizer o conjunto de arquivos infringível), um organismo, que seja público ou privado, deve possuir um nome e uma existência jurídica próprios resultantes de uma ata (lei, decreto, atestado). Deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto tendo valor legal ou regular. A sua posição no seio da hierarquia administrativa deve ser definida com precisão pela ata que lhe deu origem, em particular, a sua subordinação a outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecido. Deve ter um chefe responsável, beneficiando do poder de decisão correspondentes ao seu nível hierárquico. Ou seja, ele deve poder tratar automaticamente por decisão a uma autoridade superior. Evidentemente isto não significa que ele deve gozar do poder de decisão sobre todos os trabalhos, alguns trabalhos importantes podem ser chamados a serem submetidos por decisão a um escalão superior da hierarquia administrativa. Mas, para poder produzir um fundo de arquivo, que lhe seja próprio, um organismo deve gozar de poder de decisão pelo menos em certos trabalhos.

Voltando às ações de Duchein (1977), o autor define etapas para a criação de um fundo, no entanto, não deixa de forma clara como seria essa base como critério de consolidação de um campo teórico em Arquivologia. Além disso, presumimos que não devemos pensar nesses princípios como epistemologia independente da Arquivologia tanto clássica como contemporânea.

E por qual motivo o fundo é considerado a base teórica da Arquivologia? É preciso ponderar que a ideia de fundo está mais atrelada à demanda técnica de organização, do que como um princípio que traria epistemologia autônoma a Arquivologia.

Em suma Rousseau e Couture (1998, p. 95) afirmam:

Finalmente, estamos agora aptos a julgar a necessidade incontestável do princípio da proveniência tanto no plano da organização e do tratamento dos arquivos para fins administrativos como no da sua organização e tratamento para fins patrimoniais ou de investigação. Insistindo no caráter

orgânico do fundo de arquivo, esta definição autoriza-nos a não distanciar o tratamento arquivístico dos fundos conforme estes se encontrem ainda na instituição onde foram criados, tenham já passado para um serviço de gestão com fins administrativos (estádio de pré-arquivagem em arquivos intermédios), ou que tenham já entrado definitivamente num depósito encarregue da sua conservação permanente. Enfim, é na prática cotidiana que o princípio da proveniência e o fundo de arquivo que dela decorrem se revelam verdadeiramente, em todo o seu esplendor e complexidade e com toda a importância que têm para a disciplina.

Com uma preocupação intrínseca no que tange os procedimentos desses dois princípios como base teórica da Arquivologia, esses ideais nos deixam preocupados, uma vez que, quando falamos em princípio da proveniência e da ordem interna, deparamo-nos com conceitos que se coadunam nas suas próprias definições, ou seja, se atrelam aos procedimentos administrativos.

Então, a ideia desses princípios é de trazer um método prático de atuação na organização, mais tais princípios não poderão ser considerados alicerce científico para a Arquivologia, pois a sua utilização está à mercê das instituições administrativas, sendo fundamentos técnicos de organização nos arquivos. Esses princípios foram cruciais em um dado momento, no entanto, não podemos comungar da ideia de base teórica, pois são vinculados diretamente às demandas das instituições que o geram, e não pode conferir *status* de independência à Arquivologia como ciência.

A grande figura da teoria arquivista no âmbito dos arquivos permanentes é o fundo. Ele é a marca de diferenciação de aglomerados documentais de outra espécie, dada a especificidade de sua natureza. A teoria da natureza do material arquivístico deriva da análise de suas relações com o organismo produtor, com as funções e atividades deste organismo e com os direitos e obrigações que interagiram com ele (BELLOTTO, 2006, p.162-3).

Bellotto (2006) novamente vem explicar as peculiaridades conceituais de fundo, e sempre interligando com os organismos produtores. Aproximando da conjuntura internacional, a autora configura os fundos como a grande base teórica na Arquivologia. Segundo Bellotto (2006, p. 170), “a reintegração de fundos faz-se necessária por se tratar da mais comezinha justiça arquivística”.

Dessa forma, os profissionais contemporâneos da Arquivologia devem está envolvidos nessas discussões, para que a Arquivologia consiga se desprender do saber-fazer técnico que se vincula as instituições geradoras e produtoras de documentos através desses princípios tidos como pilares epistemológicos da área, porém, que não se sustentam enquanto tal. O interessante é analisarmos que na literatura arquivística esses princípios são incorporados e tidos como o caminho a uma “liberdade independente”.

5.3 A TEORIA SISTÊMICA E O ROMPIMENTO DA ORDEM: a crise paradigmática da arquivologia

A teoria sistêmica exerceu profundas influências não apenas na Arquivologia, mas em diferentes áreas do conhecimento. Na Arquivologia não é diferente quando Silva et al. (2009) nos chamam a atenção para a ideia de sistema em arquivo, logo, visualizamos esse fluido sistêmico através das próprias peculiaridades da Arquivologia.

Nesse sentido, percebemos que esse fluxo do sistema em arquivos torna-se algo tão importante na Arquivologia, através das características e dos significados dos documentos de arquivo. Um exemplo claro que as considerações de Silva et al. (2009) sobre sistema são pertinentes se compreendermos o interrelacionamento, através do qual um documento de arquivo está interligado a outro em um processo por exemplo. Isso demonstra uma realidade sistêmica e peculiar da Arquivologia.

Assim, no interrelacionamento os documentos estabeleceriam uma relação sistemática no decorrer das transações para quais tiveram sua própria criação. Então, o documento fica interligado a partir de sua criação na produção e no recebimento, estabelecendo assim, um exemplo direto da forma sistemática a partir das características dos documentos de arquivo.

A rigor, Carvalho (2011) vem dar uma contribuição para entendermos a Teoria Sistêmica da informação, a partir da qual a Arquivologia está inserida através dessas relações estabelecidas.

A iminência da Teoria Sistêmica da Informação a realidade das identidades pós-modernas mostrando as incertezas de um fenômeno dentro de uma estrutura. É sabido que a noção biológica prevê que cada fator tem um papel específico dentro de uma estrutura macro. Porém, muitas vezes não é possível saber quais os elementos que vão surgir, acabar ou renovar. No caso de bibliotecas, arquivos e museus cada desenvolve seu papel específico diante de uma ação informacional na sociedade, mas isso não quer dizer que estará distribuído, de forma que possa contemplar o acesso a todos ou pelos menos a maioria da sociedade e de suas comunidades de usuários (CARVALHO, 2011, p. 69). (grifo nosso)

A mudança de paradigma na Arquivologia caracteriza-se por diversos formatos e alguns aqui já foram debatidos. Pensar nessa crise é entender as variações e modelos da própria Arquivologia, sua evolução, suas mudanças mais contundentes. Uma dessas transformações que se relaciona com a Teoria sistêmica é a da “informação”, que abarca um novo contexto na Arquivologia, que tenta romper com a custodialidade e se insere em uma nova realidade a da informação.

Então, as noções paradigmáticas na Arquivologia envolvem diversas problemáticas que estão correlacionadas desde seu nascedouro. Diante disso, se antes, a centralidade encontrava-se no documento em si, agora a informação terá um papel importante para entendermos esse paradigma, que muda constantemente.

A teoria sistêmica está presente nas discussões acerca da pós-modernidade com suas variações e crises. Com isso, essa crise chega à Arquivologia de forma muito densa através das mudanças ocorridas nos séculos XX e XXI que são os novos modelos de tecnologia e dinamicidade da informação.

Os sistemas de informação são sempre pensados a partir da lógica os processos de entrada (entrada de dados, com a aquisição de itens informacionais, a seleção destes itens para a composição de determinado acervo), de processamento (os itens informacionais que dão entrada num sistema de informação precisam ser descritos, catalogados, classificados, indexados) e de saída (pelo acesso aos informacionais por parte dos usuários, na forma de disseminação, entrega da informação, empréstimo, etc. (ARAUJO apud CARVALHO, 2011, p.69).

A ideia de sistema no século XXI está em toda parte, principalmente com as tecnologias de informação. Para Bertalanffy (1977, p. 260), “os conceitos e as teorias fornecidos pelo enfoque moderno dos sistemas estão sendo

progressivamente introduzidos na sociologia por exemplo o conceito de sistema geral, de retroação, informação, comunicação”.

Na Arquivologia Silva et al. (2009) tecem sobre o sistema de arquivo, em que, o todo se entrelaçariam as partes. Assim, os autores compreendem o arquivo como um sistema informacional distanciando-se da custodialidade clássica.

6 TÉCNICA OU CIÊNCIA? Em busca da “identidade perdida” na Arquivologia.

A Arquivologia, de um modo geral, necessita de discussões acerca de seu universo, de seu objeto, de sua metodologia, de sua “identidade”. Ao longo do tempo, ela sempre foi tida como coadjuvante em um processo que a condicionou, e que a marcou com o adjetivo de “auxiliar” nunca aparecendo de forma autônoma e independente. Diante disso, discutir sobre esse “vazio” epistemológico da Arquivologia, é acima de tudo, provocar a realidade da área na contemporaneidade, e suas carências como campo do conhecimento de características empíricas (empirismo tradicional), marcada pelos vieses do funcionalismo/pragmatismo nos seus próprios fundamentos e princípios.

Em meio a isso nos capítulos anteriores vimos os princípios da proveniência e de ordem interna tidos como o arcabouço teórico da Arquivologia. Todavia, o procedimento adotado através da técnica interna de organização dos documentos ganhava cada vez mais instrumentos nessa elaboração organizativa. De todo modo, é pertinente entendermos a racionalidade técnica⁹. Em suma Medeiros apud Brennand (2008, p. 49).

A racionalidade técnica sobrepô-se à ordem política, procurando neutralizar o processo de inovação de qualquer ingerência de caráter ideológico. Essa é uma posição obviamente ilusória, dado que a técnica não é aplicada no vazio, mais num determinado contexto histórico-econômico-político e no contexto da atividade humana, logo, sujeita a reformulações e a leitura subjetiva. A pretensa neutralidade técnica busca camuflar, pela racionalidade das decisões, o fortalecimento de estruturas de poder e subsidiar o caráter dialético da participação social pela decisão de poucos. A ingerência externa exacerbada assume a forma de um imperialismo cultural que busca moldar, a cultura aos anseios da internacionalização cultural e da indústria cultural.

A autora vem de forma articulada contextualizar os procedimentos técnicos, a partir do contexto histórico, econômico e político. E parece que essa tríade encaixa-se perfeitamente na realidade da Arquivologia. Essas influências tecnicistas de

⁹ Quando referimos à técnica estamos relacionando com os procedimentos adotados como critério funcionalista de organização interna nos arquivos.

organização documental, como arranjo, descrição, classificação, instrumentos de pesquisa, dentre outros, condicionaram o fazer técnico dentro da realidade dos arquivos. Para Medeiros (2008, p. 93), “Habermas reconhece a técnica como produto e a ciência como processo ideológico da racionalidade técnica que, por sua vez, manipula o conhecimento através de interesses que servem aos fins de quem controla a própria técnica”.

Todavia, a Arquivologia mergulha em princípios e fundamentos que se voltam para a prática do saber-fazer da ordenação documental através de vários instrumentos de organização.

Os primeiros documentos escritos surgiram não com a finalidade, posteriormente, se fazer com eles a história, mas com objetivos jurídicos, funcionais e administrativos, documentos, que o tempo tornaria históricos. O desenvolvimento da vida econômica e social, por sua vez, também originou os documentos necessários às transações, e tudo isso veio a constituir fontes documentárias custodiadas pelos arquivos. Estes são, assim, desde a Antiguidade, “fonte direta, fundamental e indiscutível, à qual todo historiador deve recorrer. Os arquivos permanentes devem, pois, estar munidos de um retrato credível de seu acervo, o que é conseguido através dos respectivos meios de busca (BELLOTTO, 2006, p. 175). (grifo nosso)

A autora aponta-nos algo que está diretamente relacionado com as práticas operacionalizadora nos arquivos, que foi o funcionalismo, através de vários instrumentos, como a descrição documental, o arranjo, a classificação, e os métodos de arquivamento que são veementemente tecnicistas. Segundo Bellotto (2006, p. 180) “o processo da descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Dessa forma, os meios de organização de documentos através dos modelos de organizativos tornaram a Arquivologia atada aos seus princípios e às instituições. Nesse sentido, nas entrelinhas da Arquivologia percebemos que os procedimentos técnicos condicionados por vários motivos que aqui já foram debatidos, deixam essa “identidade” em uma situação complicada.

A rigor, os processos históricos relacionados à Arquivologia colocam em pauta essa “identidade”, essa possível soberania que esbarra nas suas próprias construções, marcada por uma perversa condição de “auxílio” a diferentes

segmentos e áreas do conhecimento. Então, quando falamos em técnica na Arquivologia remetemos aos procedimentos adotados na organização dos documentos nos arquivos.

A técnica possui algumas características que a diferem da ciência. A técnica utiliza o conhecimento científico para planejar suas ações. A diferença é que o objetivo da pesquisa científica está destinada a conhecer e explicar algumas questões, enquanto a técnica utiliza o conhecimento científico, bem como outros tipos de conhecimento para atuar em uma situação prática de algum grupo social. (CARVALHO, 2011, p. 46).

Nesse sentido, percebemos que na Arquivologia alguns procedimentos tecnicistas, eram tidos como algo respaldado em cientificidade, em que a “razão prática” traria autonomia. Então, pensamos que a técnica, na Arquivologia, faz da área um campo com características científicas de forma independente, por vários motivos que aqui já foram discutidos.

O pesquisador que trabalha com a ciência em si pode formular e reformular suas teorias e abordagens de pesquisa, de acordo com as suas necessidades subjetivas, enquanto a técnica precisa primar pelo problema imediato de uma determinada realidade (objeto) a fim de estruturar as bases para desenvolver suas ações (CARVALHO, 2011 p. 46).

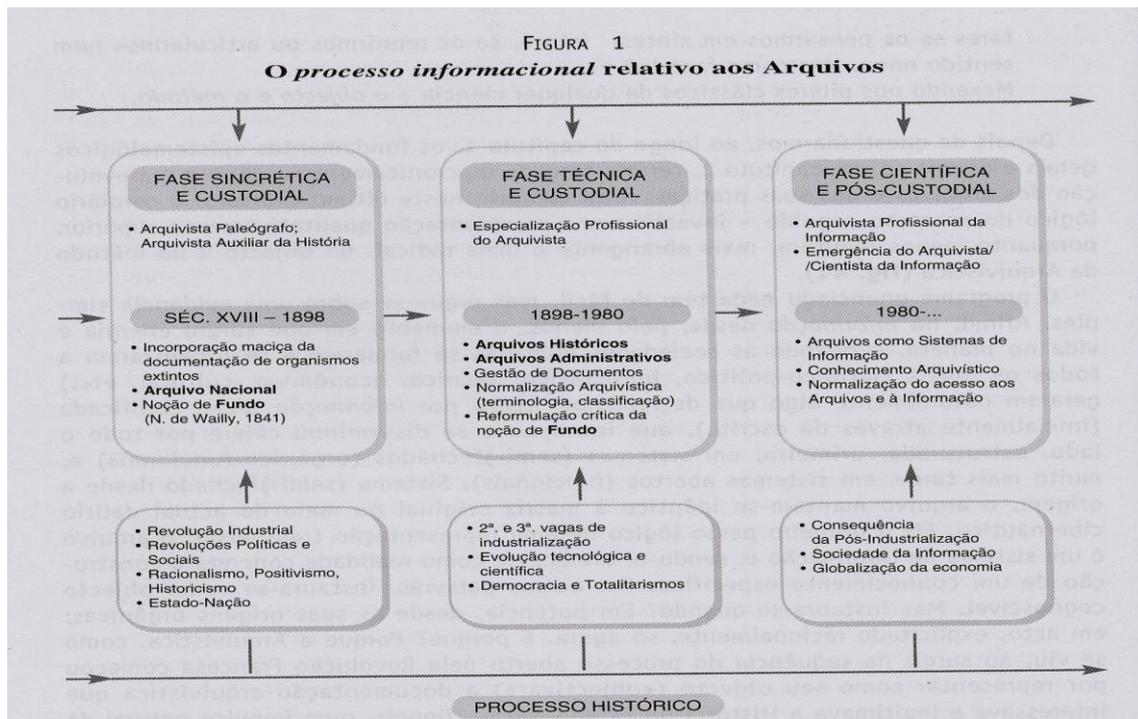
A partir dessa dicotomia ciência/técnica, visualizamos que a Arquivologia e os arquivistas necessita dessa discussão dual. Para assim, identificar e desenvolver suas próprias ações.

6.1 O ESFORÇO DA ABORDAGEM EUROPÉIA: a perspectiva sistêmica dos arquivos

A ideia de sistema em arquivos, através dos processos informacionais, são colocados de forma muito interessante por Silva et al. (2009), visto que a dimensão de arquivo não resume-se apenas numa mera soma de fundo, no entanto, através de algumas características da Arquivologia, como os documentos de arquivos as partes estariam interligados ao todo.

A figura abaixo mostra-nos os processos informacionais e as mudanças de paradigma da Arquivologia. Diante disso, Silva et al. (2009) faz todo um panorama acerca dessa realidade, dessa vertente europeia. Essa fase torna-se muito importante para entendermos as características e peculiaridades da Arquivologia ao longo do processo histórico.

Figura 1: A evolução informacional ao longo da história.



Fonte: Silva (2011)

Para Silva et al. (2009, p.209), “o arquivo é um sistema de informação e sendo-o, oferece-se como realidade concreta à construção de um conhecimento específico. Por outras palavras, instaura-se como objeto cognoscível”.

Nesse sentido, o arquivo, antes da Revolução Francesa, tinha sua caracterização clássica, e existia uma forte ligação com os meios institucionais e funcionais, e com o documento em si. Na fase sinérgica definida pelo autor percebemos alguns vínculos que ainda estão presente no cotidiano da Arquivologia como o vinculo com a História.

Já no século XIX, a Arquivologia era influenciada por vários movimentos ocorridos no processo histórico, como o positivismo, o historicismo, as revoluções industriais, políticas e sociais. No final do século XIX e início do XX, surgiu à fase técnica custodial, principalmente pelas formas de organização dos documentos, através dos arquivos históricos e administrativos, ocorrendo uma reformulação de seus princípios como o fundo que era o grande fundamento teórico da área.

No transcorrer do século XX a sociedade mundial sofre várias e densas transformações, em diferentes segmentos sociais, em consequências do processo de globalização, de industrialização ou da chamada “sociedade da informação”. Em meio a essas mudanças de uma Arquivologia clássica, coadunada ao documento, mas que no transcorrer do tempo mais precisamente na fase pós-custodial aparecera com teor “informação arquivística”.

A partir dos anos 80, a nova revolução tecnológica e social, ilustrada pela vertiginosa evolução em curso, sobretudo, no domínio do audiovisual e da telemática forçou a emergência de uma situação transitória, anunciadora de um novo ciclo, concretamente para as disciplinas, como a Arquivística, relacionados com o fenômeno social da informação (SILVA et al., 2009, p. 208).

Com isso, Silva et al. (2009) questiona-nos acerca de um método que seria possível através de um sistema de arquivo, desvinculado daqueles traços dos arquivos institucionais, administrativos e históricos.

A arquivística é uma Ciência da Informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (semi)-fechado, não através de um dispositivo metodológico fragmentário virado só para a componente funcional/serviço, isto é, transferência e recuperação da informação, através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospectivo, capaz de problematizar em torno de leis formais ou princípios gerais, a atividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico (SILVA et al., 2009, p. 211).

Dessa forma, Silva et al. (2009) problematiza, de certa forma, que o arquivo deve ser pensado como um sistema informacional, através da ruptura funcionalista na realidade interna de organização dos documentos. Assim sendo, para esse

mesmo autor, o arquivo deve ser pensado de forma mais ampla, não reduzida a uma mera soma de fundo, de proveniência ou organicidade instrumental.

O arquivo não é uma mera soma de fundo (conjunto orgânico de documentos [...], mas, serviço (instituição ou serviço responsável [...], soma essa, aliás, negada pela simples observação empírica: as partes assim somadas acabam, paradoxalmente, por constituir uma perspectiva quase funcionalista, em que a componente serviço exclui, na prática, a componente fundo (orgânica). Se o arquivo é uma mera soma, pode e deve ser uma unidade integral e aberta aos contextos dinâmicos e históricos que a substancializam. Entra, assim, repleta de oportunidade a noção sistema, ajustada ao fenômeno da informação social e definida, genericamente, como o conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações, e que se perfilam dentro de uma fronteira (SILVA et al., 2009, p. 213). (grifo nosso)

Com efeito, é necessário que o arquivo, em sua realidade interna, distancie-se cada vez mais da forma empírica, ou seja, da prática do saber-fazer através dos princípios de organização documental. Silva et al. (2009) ao trazerem essa realidade do sistema, refletem que a Arquivologia teria sua “autonomia metodológica” a partir dessa vertente, pois abandonaria o “vício” da organização administrativa funcionalista e que através do sistema de informação começaria a incorporar um perfil científico.

Entendemos que enquanto o arquivo estiver condicionado ao processo institucional de serviço e uso, estará sujeita as demandas administrativas. Já na realidade defendida por Silva et al. (2009), o arquivo deve ter essa visão unilateral entre as partes, pois o processo de informação teria uma maior fluidez caracterizada principalmente pelo processo do sistema informacional.

Nessa articulação de sistema, a informação arquivística teria mais mobilidade, mais diálogo, quebraria os processos operacionalizadores de recuperação da informação pragmática na realidade arquivo. Além disso, Silva et al. (2009) são enfáticos ao afirmar que o arquivo, como sistema (semi) fechado de informação, assume duas configurações precisas.

Unicelular é todo o sistema que assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou coletiva, sem divisões setoriais para assumir as respectivas exigências administrativas.

Note-se que este tipo de sistema é permeável a uma forte pressão integradora, que leva à constituição de sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivo se interliga com a informação biblioteconômica e com a museológica. **Pluricelular** é todo o sistema que assenta uma média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais setores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade. No caso de algumas entidades industriais, financeiras e governamentais surgem subsistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional, com reflexos no modo prático de gestão da informação. Note-se, contudo, que se podem, também, formar subsistemas, tendo por base estruturas unicelulares é o caso das pessoas e de certas famílias (SILVA et al., 2009, 214-15). (grifo nosso)

Nessa dinâmica representada pelo sistema o arquivo iria desempenhar algumas funções, primeiro diferenciado-se das formalidades do arquivo clássico custodiado e que tem uma finalidade bem determinada na realidade do arquivo. Segundo poderia ser pensado em metodologias no trajeto da Arquivologia e a sua possível natureza científica. Segundo Silva et al. (2009, p. 218), “existem dois fatores que contextualizam e definem a formação dos sistemas de arquivo: a estrutura orgânica e a funcionalidade do serviço. Através da conjugação das diversas mobilidades de estrutura e de serviço poderão originar-se quatro tipos fundamentais de arquivo”.

Percebemos que os autores estão sempre chamando atenção para essa formação do sistema de arquivo e do processo informacional que são inerentes a Arquivologia. Nessa linha de pensamento, Silva et al. (2009) lançam a idéia de método arquivístico que estariam diretamente relacionados com a investigação, e esse processo indiciário passaria por quatro pólos de análises.

No **pólo epistemológico**, instância superior imbricada no aparato teórico e institucional, a comunidade científica dos arquivísticos, as suas escolas, institutos, locais de trabalho, com seus referentes políticos, ideológicos e culturais. As crenças e os valores partilhados por um grupo de investigadores, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade, objetividade, fidelidade e validade que norteiam o processo de investigação. **Pólo teórico** manifesta-se a racionalidade predominante do sujeito que conhece o objeto. Neste pólo à investigação arquivística, emerge, como a racionalidade indutiva a luz do paradigma de cientificidade. **Pólo técnico** o investigador toma contato, por via instrumental com a realidade objetivada. No domínio da arquivística descritiva, desenvolvida ao longo deste século, acumularam-se procedimentos técnicos canalizados para a representação formal da documentação arquivística, dita histórica. **Pólo morfológico** aqui assume por inteiro a análise dos dados recolhidos e se parte não apenas

para a configuração do objeto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função comunicação (SILVA et al., 2009, p 221-24).

A abordagem europeia de sistema teve aqui um papel crucial, principalmente através da contribuição de Silva et al. (2009) que tecem a respeito dessa dinamização informacional que a Arquivologia poderia desempenhar. No entanto, para que isso aconteça de fato a Arquivologia tem que se desprender dos formatos descritivos de organização e da dicotomia serviço/uso. Na citação acima, apresentam essas variações de abordagem no campo específico da Arquivologia. Para Silva et al. (2009, p. 225) “à arquivística no seu ciclo paradigmático, a possibilidade de desenvolver uma dinâmica de investigação quadripolar, superadora de dicotomias antinômicas e estéreis, como, por exemplo, a oposição quantitativo/qualitativo ou empirismo/ cienticismo”.

Contudo, fazer essas discussões acerca desse esforço é, sobretudo, mostrar que estão surgindo novas possibilidades de se pensar a Arquivologia através de sistema de informação que ultrapasse as barreiras de funcionalidades dos arquivos.

6.2 OS LAÇOS DO PENSAMENTO FUNCIONAL SOBA A FORMAÇÃO PRAGMÁTICA

O funcionalismo desempenhou grande influência na Arquivologia, primeiro por se aproximar do positivismo, ou seja, a realidade interna dos arquivos, seus princípios e métodos e das relações com documento. O laço do funcionalismo fica claro na Arquivologia através das instituições, e das estruturas burocráticas nas fases de criação e circulação documental, bem como na criação de leis de arquivo, como, por exemplo, no Brasil a 8.159 de 1991¹⁰.

Nesse sentido, o funcionalismo levou a Arquivologia a um “ritual” muito complexo, que é a aproximação com os meios institucionalizadores, afetando a

¹⁰ Esta lei é muito comentada no cenário da Arquivologia brasileira. A lei dispõe sobre a política Nacional de Arquivos públicos e privados.

organização documental os próprios fundamentos arquivísticos através de seus princípios, criados a partir de relações funcionais diretas com a burocracia administrativa. Então, a função básica de organização de documentos interessa diretamente às hierarquias administrativas.

Dessa maneira, a discussão sobre o funcionalismo, relacionando-o diretamente com a Arquivologia, e sua relação direta com as partes administrativas, recebeu influência direta do positivismo de uma “razão prática” muito acentuada.

Essa “razão prática” ganha força a partir dos meios de organização e ordenação dos documentos, surgindo diversas formas de expressão da “razão prática”, principalmente pelo sistema ou método de arquivamento, caracterizando ainda mais essa simbiose pragmática.

Nesse aspecto, esses métodos de arquivamento são o exemplo claro dos meios funcionais na realidade do arquivo. Então, os laços funcionais e pragmáticos ainda deixados pela herança positivista se fazem presentes na realidade dos arquivos nacionais ou internacionais, de modo que países desempenham maneiras e meios de organização documental da sua própria realidade, porém, essa funcionalidade parece que se impregna e transborda as barreiras de territorialidade.

Nessa discussão funcionalista na realidade da Arquivologia e posteriormente dos arquivos, pontuamos que esses mesmos espaços estão ainda muito presos a uma hierarquia administrativa, seja ela pública ou privada, através da qual essa “razão prática” e os tipos de arquivamento vieram de alguma forma ser o fio condutor entre esses dois extremos, colocando ainda mais a organização documental nos arquivos atrelada aos meios tecnicistas e empiristas.

Na literatura da Arquivologia brasileira esses tipos de arquivamento surgem como algo que facilitaria a vida dos profissionais da Arquivologia indissociáveis à gestão documental acarretando o funcionalismo. O profissional arquivista, pois, fica “atado” a instituição que serve, tirando assim, a documentação em suporte físico do caos e dando-lhes padrões de organização a partir de atividades de arquivamento por meios pragmáticos.

A tarefa de classificar documentos para um arquivo exige do classificador conhecimentos não só da administração a que serve, como da natureza dos documentos. Cada ramo de atividade exige um método diferente, adequado às suas finalidades. O método de arquivamento é determinado pela natureza dos documentos a serem arquivados e pela estrutura da entidade (PAES, 2007, p. 60-61).

A autora define as etapas e os meios de organização dos documentos dentro das instituições, através de padrões de organização que para nós estão relacionados aos meios instrumentais e operacionais, colocando o laço funcional dos arquivos a uma demanda de operações totalmente prática.

É desse modo que o laço as amarras pragmáticas faz-se presente na realidade dos arquivistas no Brasil, primeiro por sua formação, cujo os conteúdos curriculares são desenvolvidas a partir de uma ligação funcional e prática. É necessário, pois, que essa realidade comece a mudar, e para que isso aconteça os arquivos precisam se desprender dessa herança positivista/funcionalista tornando-se pertinente que os próprios arquivistas questionem e problematizem a natureza de sua profissão.

Portanto, os meios funcionais nos arquivos são representados por uma natureza técnica que se correlaciona à Arquivologia através de princípios e fundamentos que têm vertentes práticas, um saber-fazer advindo da lógica do controle, dos benefícios e funcionalidade muito mais administrativa (razão instrumental) do que epistemologicamente arquivística, no sentido de constituição de sua autonomia científica.

6.3 A NEGAÇÃO DA AUTO-IMAGEM: os estilhaços da ciência arquivística

A Arquivologia e os arquivos assumiram um papel muito complexo no processo histórico, e isso se deu por vários fatores: a) primeiro por essa raiz administrativa que perverteu e condicionou seus próprios princípios a uma forma empirista de organização documental, ocorrendo dessa forma uma sujeição acentuada por parte das instituições, principalmente a partir das relações de poder

(possuidores dos arquivos, dos documentos, “das verdades”); b) Segundo, essa negação da auto-imagem acontece porque ainda faltam na Arquivologia metodologias, objetivos claros, pois parece-nos que as formas custodiadas de organização dos arquivos estipularam processos descritivos dotados de práticas, por meio de uma circularidade nos moldes de arquivamento, de instâncias lineares que estão imbricadas no processo do saber-fazer e das praticidades.

Esses estilhaços pré-estabelecidos ocorrem por diferentes condições, e um deles tem sua grande contribuição através dos próprios profissionais da Arquivologia, que são formatados pelo saber-fazer, condicionados a um modelo prático e técnico. É inegável que a Arquivologia está vinculada a padrões que não vão além do modelo “imediatista” e pragmatista.

“A ciência arquivística” existe? Entendemos que é complexo afirmarmos que sim, pois, há uma carência, não de princípios ou fundamentos, mas de axiomas (teorias estruturadas) que consigam fundar um campo do conhecimento independente.

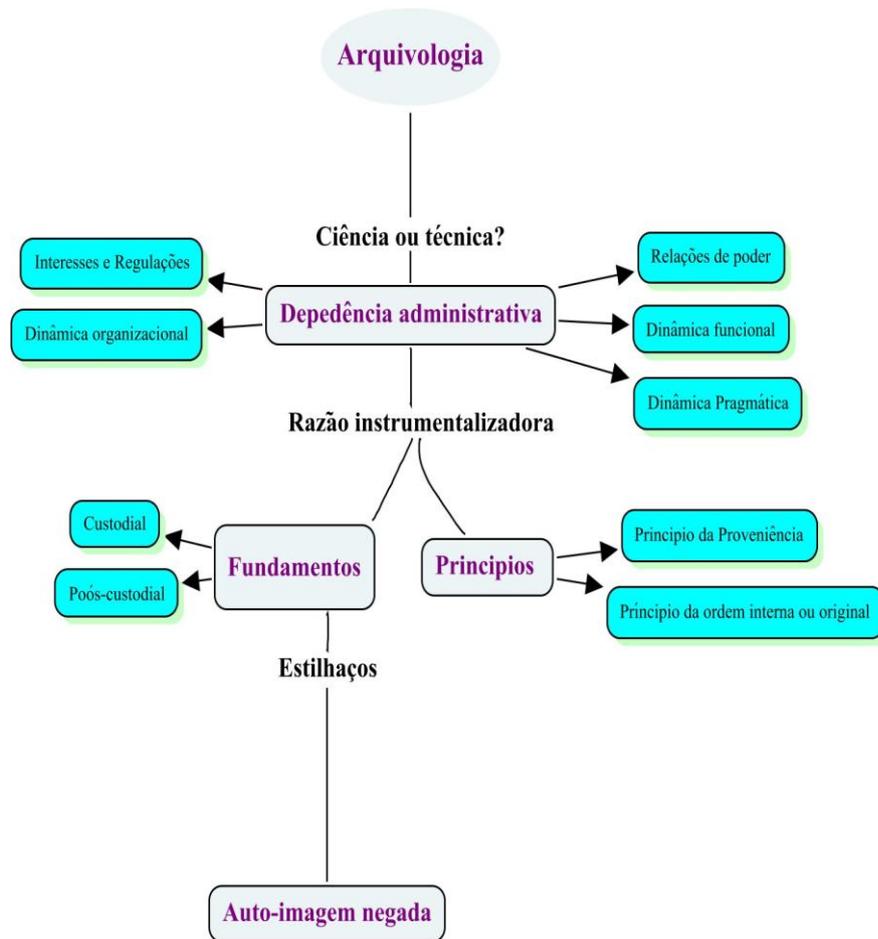
Esses estilhaços precisam ser pensados e debatidos, de forma que seja apontado um caminho que faça a Arquivologia trilhar o rumo da alta reflexão, da cientificidade. Ora, essa negação se dá principalmente pela formação técnica que o arquivista tem, tornando-se necessário despertar o arquivista para um perfil indiciário, investigativo.

Trazendo esses estilhaços para a realidade da Arquivologia brasileira, pesamos que leis foram criadas ao longo do tempo, como a 8.159 de 1991, como um sustentáculo. No entanto, é de se pensar que essas leis ajudaram a estilhaçar ainda mais a Arquivologia, pelas formas funcionalistas e positivistas de sua criação. É necessário que os arquivistas reflitam não apenas as estruturas de imutabilidades e de veracidades das leis, com também reflitam sobre o jogo de interesses da Arquivologia, muito além do “modelo prático” do cotidiano administrativo.

É necessário ir além da dicotomia do serviço/uso. A literatura ainda necessita de mais discussão, de forma que não venha apenas ensinar as praticidades do como fazer, dos “modelos práticos” de organização documental: razão dos

estilhaços, conforme ilustração¹¹ que fizemos abaixo que representa o exercício hermenêutico desenvolvido pela pesquisa.

Figura 2: O exercício hermenêutico da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2011)

Através da figura acima podemos perceber que há uma necessidade de discutir na literatura os formatos e as estruturas mais complexas da Arquivologia. Enquanto a Arquivologia, através da organização interna nos arquivos for entendida como a soma de fundos, torna-se problemático fazer uma reconstrução de suas

¹¹ Para a realização dessa figura utilizamos o programa Cmaptools.

bases, haja vista que sua própria auto-imagem foi negada ao longo do processo histórico.

Nesse sentido, entendemos que a Arquivologia está “sufocada” por um canal estreito que determina os moldes de organização a partir daquela instituição que gera o documento, ou seja, quem administra. A priori, devemos pensar nos fundamentos tidos como “verdade”. Desta feita, é necessário uma (re)construção epistemológica, uma (re)formulação de seu *status*.

A auto-imagem da Arquivologia é negada, principalmente por um passado perverso, que deixou marcas profundas tanto na realidade do arquivo, (lócus) como na Arquivologia. Assim, torna-se crucial que os profissionais arquivistas contemporâneos reconstruam os estilhaços deixados pela razão instrumental (positivista, prática, histórico-hermenêutica e empirista). Desse modo, para que isso aconteça realmente esse profissional deve incorporar esse perfil de pesquisador, de construtor de saberes, e não apenas ficar “acorrentados” a uma hierarquia administrativa.

O caminho para (re)construir a “ciência arquivística” de seus próprios estilhaços é um caminho árduo, pois as estruturas já estão edificadas, e a auto-imagem é negada por questões sócio-econômicas e culturais. A formação (conteúdos curriculares dos cursos de Arquivologia no Brasil) devem também ser repensadas, e não é apenas se adequar as novas tendências e modelos tecnologias/ paradigmas). Isso implica dizer que a (re)formulação deve tratar do profissional como um indiciário que questiona, reivindica e que necessita não se manter preso á operacionalização contínua e uniforme.

Enfim, tornemos anunciadores e propagadores de uma Arquivologia independente e autônoma, “livre” das instituições e com metodologias e objeto bem definidos, através da investigação, da pesquisa e da comunicação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo tentamos compreender a constituição de um possível campo científico na Arquivologia, acompanhando as principais discussões acerca desse pensamento, suas diretrizes e desenvolvimento, buscando entender a partir dos princípios e métodos da própria Arquivologia a sua (não) emancipação como saber autônomo.

Para um melhor entendimento desses fenômenos tornou-se imprescindível a utilização das interpretações hermenêuticas, cujas reflexões fez-nos que um dos principais problemas da Arquivologia relaciona-se aos moldes tecnicistas e de respaldo, positivista (funcional/pragmático) e hipercontrolado pelos interesses de uma sociedade altamente administrativa.

Percebemos o quanto se faz necessário trazer para o cenário acadêmico tais problematizações, uma vez que a atividade do “saber-fazer” (razão prática) condenou, de forma muito negativa a Arquivologia no transcurso do seu próprio processo histórico. Com isso, não é por acaso que os arquivos são os alvos diretos da “razão prática”, já que os aspectos de funcionalidade são bem demarcados nesses espaços, sendo o arquivista muito mais um artífice do que um partícipe, integrado mas não incluído, mandado muito mais do que agente.

Em razão disso, estamos convencidos, de acordo com a hipótese da pesquisa, de que a Arquivologia ainda necessita de metodologias e objetos claros de investigação, para assim poder constituir-se como saber emancipado e estruturado. Assim, a Arquivologia torna-se uma área que requer mais discussões, tornando-se essencial que se distancie das querelas administrativas como finalidade imediata e última.

Nessas conjunturas, chegamos a apontar que, para obter esse caráter de cientificidade, a Arquivologia teria que definir os seus próprios métodos, entendendo que os arquivos não são apenas espaços a serviço das instituições que geram documentos, mas, o arquivo também deve ser representado e pensado como uma entidade de responsabilidade social através do componente “informação”.

As contribuições de Habermas foram cruciais para entendermos esses procedimentos operacionais e tecnicistas que transformaram os arquivos ao longo da história, justamente naquilo que se torna mais emblemático: lugar dos segredos e não da memória. Segundo Medeiros (2008, p. 215), “Habermas acredita que as dimensões históricas e utópicas da consciência caracterizaram o próprio espírito do tempo”.

Apontar a necessidade de uma metodologia e de um objeto é trazer a reflexão de que a Arquivologia tem que ser mais discutida pelos próprios arquivistas, tornando primordial uma restauração dos estilhaços que foram quebrados por diversas influências no relacionamento com os documentos nos arquivos.

Percebemos que a construção de uma teoria e de uma metodologia poderá trazer “saídas” para as incertezas epistemológicas em que a Arquivologia se insere hoje, e para que isso aconteça de fato deve ocorrer mais aproximação entre os arquivistas, através da pesquisa e dos questionamentos que são bases essenciais em qualquer área do conhecimento. Medeiros (2008, p. 218-219) vem tecer um pouco sobre o exposto quando aponta: “quando os agentes da interação tornam-se competentes, do ponto de vista comunicativo, a mobilização de suas capacidades linguísticas nem sempre se deve ao potencial da racionalidade embutida nos discursos formais, instituídos sobre o pensar e o agir”.

Nesse sentido, a Arquivologia sofreu a influência de várias correntes como o positivismo, o pragmatismo, o funcionalismo que, de certa maneira, chegam à realidade do arquivo de forma muito acentuada, impregnada ainda hoje na realidade da Arquivologia brasileira e internacional. Assim, é preciso que os arquivistas contemporâneos venham discutir tais características, rompendo com tais influências reducionistas que só fazem ainda mais conferir o caráter tecnicista aos arquivos.

É possível compreender que os procedimentos da razão técnica e instrumentalista sobre os arquivos, através dos princípios e fundamentos arquivísticos, condicionaram a Arquivologia a uma ideologia do controle, ficando difícil de visualizarmos como uma ciência independente e autônoma. Para Medeiros (2008, p. 220), “não há como a emancipação desenvolver-se em um contexto

dependente de um modo de pensar e agir impregnado de racionalidades técnico-instrumentais”.

Em decorrência disso, as formas adotadas de organização documental nos arquivos abarcam sim em procedimentos técnicos, legitimados por princípios tidos como base teórica da Arquivologia, como da proveniência e o da ordem interna ou original, exemplos da técnica instrumentalizadora na Arquivologia. A ciência procura entendimento e compreensão acerca dos fenômenos, primando por uma reconstrução dos objetos investigativos.

Enfatizamos que a arquivística não pode fugir da técnica como procedimento, mas, o que nos deixa preocupados é que a técnica tornou-se a própria ideologia da Arquivologia, o sentido primeiro e último sobre o qual a razão de ser constitui-se como base. Ora, se a Arquivologia reduz-se a um conjunto de técnicas, trata-se de um “produto” e não de uma ciência que via de regra, produz verdades e implementa verdades criando produtos.

Com isso, um ponto importante que percebemos ao longo da construção desse trabalho, é que há uma carência ainda na literatura, pois poucos autores adentram nesse universo de cientificidade, e no caso do Brasil ainda é mais grave, pois quase não há registro. Em razão disso, é oportuno fazer tais discussões, buscando parâmetros como forma de esclarecer que há uma necessidade de pesquisas na Arquivologia, possibilitando assim que vá mais além do fazer, adentrando na premissa do conhecer.

Em vista disso, a Arquivologia foi atrofiada aos modelos da “razão prática” no processo de organização de documentos. Nosso intuito, portanto, foi dimensionar a carência epistemológica da Arquivologia, apontando seus limiares e destacando, principalmente, os aparatos tecnicistas inscritos em suas bases.

Mesmo que a formação em Arquivologia no Brasil ainda mantenha suas referências na pós-custodialidade, esta ainda não oferecerá o *status* de cientificidade à área, haja vista, que o modelo canadense (pós-custodial) interessava-se pelos aparatos da “tecnologia” e do novo na ligação com a pós-modernidade. Porém, é de se pensar que o mecanismo desses “pós” esbarra nas necessidades e na falta de um objeto visível e bem formulado.

A Arquivologia vai avançando ao longo do tempo, no sentido de novos meios, novos suportes, no entanto, as práticas descritivas ainda são as mesmas. Torna-se crucial na Arquivologia não pensar apenas nessas custodialidades, “tradicionais” e “pós-tradicionais”, é necessário entender a dinâmica metodológica da própria área do conhecimento a definição de seu objeto, o fortalecimento do conhecimento (epistemologia) e seus interesses intrínsecos.

A rigor, nesse cenário que se torna desafiador na e para a Arquivologia contemporânea, discutir seu *status* de cientificidade é provocar que esta deve ir além de normas, princípios e fundamentos. Devemos começar a pensar em criar metodologias e objetos claros. É pertinente para que isso aconteça, ir além do *rol* de dependência e sujeição. Então, o “enforcamento” da Arquivologia enquanto ciência caracteriza por esses traços burocráticos e institucionalizadores impregnados pela “razão prática” e tecnicista ancorados pelo pragmatismo e funcionalismo do Estado.

A chama da esperança deve sempre está acessa para que possamos contribuir ainda mais para o avanço da Arquivologia brasileira. Então, que sejamos propagadores e divulgadores de um futuro para a Arquivologia, que depende de cada um de nós. Portanto, sejamos “revolucionários” e anunciadores de uma Arquivologia aos moldes como necessitamos, que sirva à administração e a sociedade, ao privado e ao público e que, sobretudo, possa (re)configurar sua própria auto-imagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.179.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**: trad. Francisco M. Guimarães. 3 ed. Petrópolis, vozes, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BUNGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Por um modelo de formação arquivística**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 14. 2000, Sevilha, Espanha. Anais do XIV Congresso Internacional de Arquivos. Sevilha, 2000.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1988.

CARVALHO, Jonathas Luiz. **A identidade da Ciência da Informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação**: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S. João Pessoa, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno**. In: Seminário Internacional sobre arquivos pessoais, Rio de Janeiro, Nov. 1997.

COUTURE, Martineau, Jocelyne, DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivista no mundo contemporâneo**. Tradução Luis Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**. Edited by R. A. Makkreel & F. Rodi; trad. Michael Neville. New Jersey: Princeton University Press, 1989.

DUCHEIN, Michel. “**The History of European archives and the developments of archival profession in Europe**”. *The American Archivist*. Chicago, n. 55, p. 14-24, 1992.

_____. **Le respect des fonds en archivistique, principes théorique et problems pratiques**. *Gazzete des Archives*, 1977.

DURANTI, Luciana. **Ciencia archivística**. Trad. de Manuel Vásquez. Córdoba, 1995.

_____. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiriquitã, 1994.

FONSECA, Maria O. K. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FEYERANBEND, Paul. **Contra o método**. Trad. César Augusto Morari. São Paulo: UNESP, 2007.

FREITAG, B. **A teoria crítica ontem e hoje**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Gestão, preservação e acesso a documentos digitais: patrimônio cultural e diversidade**. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 1., 2004, Brasília. *Atas em CdRom*. Brasília, 2004.

GADAMER, Hans G. **Verdade e Método II: Complementos e índices**. Petrópolis: 3 ed. Vozes, 2007.

GILES, Thomas Ransom. **Introdução a filosofia**. São Paulo: 3.ed. EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

_____. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. **A crise de legitimação no capitalismo tardio.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HAMLIN, Cynthia Lins. **A hermenêutica romântica de Wilhelm Dilthey.** Recife: UFPE, 1999. Mimeogr.

HERRERA HEREDIA, Antonia. **Archivística general: Teoría y práctica.** 6. ed. Sevilla: Servicio de publicaciones, 1993.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila (Org.) **A formação do Arquivista no Brasil:** Niterói, RJ: EDUFF, 1999, p. 31-51.

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.3, set. 1998.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da Ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Sociologia Geral.** São Paulo: Atlas 1999.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório: a produção de fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais.** 3 ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MARTIN-POZUELO, M. Paz. **La construcción teórica em archivística: el principio de procedencia.** Madrid: Universidad Carlos III, 1998.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. **A racionalidade comunicativa como ágora de processos educativos emancipatórios.** João Pessoa, 2008.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

- PHILIPS. **Philosophy, science and social Inquiry**. Oxford, Pergamon, 1987.
- POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 1994.
- POPPER, K.R.; ECCLES, J. **The Self and its brain**. Berlin: Springer Verlag, 1977.
- ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- REALE, G. **História da Filosofia, 6: de Nietzsche à Escola de Frankfurt**. São Paulo: Paulus, 2005.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____ **Escola dos Annales: A inovação em História**. São Paulo, Paz e terra, 2000.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ROUATET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1941 – 23. ed. Ver. E atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- SIEBENEICHLER, F. B. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Julio; REAL, Manuel Luis. **Arquivística**. Teoria e prática de uma Ciência da informação. Porto: Afrontamento, v.3 2009.
- SILVA, Armando Malheiro da. **A arquivologia pós-custodial e suas implicações no modelo formativo**. João Pessoa: XV enearq, 2011.
- SILVA, Tomaz. Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz. Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: vozes, 2000.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

STROOBANTS, Marcelle. A visibilidade das competências. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (Org.). **Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2004.

VAITSMAN, Jeni. "Subjetividade e paradigma do conhecimento", **Boletim técnico do SENAC**, v.21 n.2, maio/agosto, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.